

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
L

Rio de Janeiro, GB — março de 1963

Número
583

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 600,00
(Desconto em fôlha autorizado, mensal: Cr\$ 50,00).
Exterior .. Cr\$ 2.000,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 80,00
Atrasado ... Cr\$ 100,00

ENDERECO

Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

Págs.

— <i>O Exército está precisando de aviões</i>	3
— Gen Bda A. Franco Ferreira ..	
— <i>Classificação e conceituação das guerras</i> — Ten-Cel Sebastião Ramos de Castro	7
— <i>A Guerra Revolucionária</i> — Ten-Cel João Perboyre de Vasconcellos Ferreira	13
— <i>Análise militar da campanha insurreccional luso-brasileira contra o domínio holandês no século XVII</i> — Major Aluízio de Uzeda	35
— <i>Comentários sobre "A Nossa Tática"</i> — Major A. V. Santos Rocha	45
— <i>A revolta curda no Iraque e sua repercussão na Turquia</i> — Dr. Paulo Valladares	49
— <i>OTASE</i> — Ten-Cel Octavio Aguiar de Medeiros	53
— <i>Dia da Bandeira no Lions Clube de São Paulo</i> — Gen A. de Lyra Tavares	59
— <i>EsSG</i> — Discurso do Ten-Cel Octavio Pereira da Costa	63
— <i>EsSA</i> — Alocução do Cmt	71

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL — A DEFESA NACIONAL LTDA.****MINISTÉRIO DA GUERRA****PROPOSTA PARA ASSOCIADO**

Nome :

Natural de :

Cidade :

Estado Civil :

Onde serve :

Enderêço :

Data :

Assinatura :

OBSERVAÇÕES

- a) O valor da quota-partes é de Cr\$ 50,00.
- b) O associado deverá subscrever um mínimo de 2 quotas-partes.
- c) A importância das quotas-partes adicionada à jóia de admissão do valor de Cr\$ 10,00, deverá ser remetida em cheque bancário ou vale postal.
- d) Remeter 2 fotografias 3 x 4, destinadas ao Título Nominativo e Livro de Registro de Associados.

O EXÉRCITO ESTÁ PRECISANDO DE AVIÕES... ,

Gen Bda A. FRANCO FERREIRA

O Homem, desde que começou a fazer guerras, sempre teve a preocupação de se antecipar ao seu adversário, procurando, a relativa distância, conhecer o seu dispositivo, precisar os seus movimentos e calcular a sua força, a fim de cobrir os grossos amigos contra os terríveis efeitos da surpresa. A princípio, quando todos os movimentos eram feitos a pé, aliviaram-se alguns homens, treinaram-nos nas corridas, no fôlego e na resistência, e mandaram-nos para os campos inimigos, para verem o que ali se passava e retornarem, no mais curto prazo possível, a fim de dizerem o que haviam visto. Tão logo pôde o homem dominar o cavalo, passou a lhe explorar as andaduras para realizar a diferença de velocidades necessária para caracterizar os elementos de segurança e de busca de informações. E, por muitos e muitos séculos constituiram apanágio da Cavalaria as missões de Cobertura e de Exploração, passando à categoria de alta eficiência — porque melhor informados —, os exércitos que desfrutassem de melhor cavalaria, mais audaz, mais flexível, mais veloz, mercê da boa raça de seus cavalos, do bom estado físico de seus cavaleiros e da completa preparação moral e técnica de seus chefes em todos os escalões.

No fim da Primeira Grande Guerra, e como ensinamento colhido, proclamava-se que a busca de informações passara a ser missão exclusiva da Aviação — tão amplamente desenvolvida nos quatro anos da terrível catástrofe — enquanto que outros estudiosos defendiam a idéia de que nenhum outro elemento terrestre seria capaz de esquadrinhar o terreno em busca do inimigo, nem de confirmar as informações negativas da alada força irmã, do que a centenária Cavalaria...

Entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra ocorreu um extraordinário surto na indústria automobilística do mundo, a qual logo se imiscuiu pelos exércitos adentro, criando a mentalidade da motorização e apresentando a maravilhosa concepção do engenho blindado, capaz de conduzir em qualquer terreno e a considerável velocidade, a potência de fogo de um canhão de alta rapidez de tiro e de mais algumas metralhadoras adicionais, sob a proteção da blindagem de sua carcaça, que tornava os homens da guarnição imunes aos insultos do campo de batalha. A velha cavalaria sentindo atingida a eficiência de sua missão precípua, com a utilização apenas dos seus 14 quilômetros horários fornecidos, assim mesmo, pelos bons cavalos de seus cavaleiros excepcionais,

e tendo, outrossim, por vêzes, que trabalhar em proveito de grossos motorizados a se deslocarem pelas estradas à razão de 45 quilômetros horários em busca de campos de batalha favoráveis, não teve dúvida de, como primeiro recurso, embarcar, também, seus homens e cavalos em viaturas automóveis, por forma a atingirem, com a necessária antecedência, as regiões de prováveis encontros com o inimigo, para vassculhá-las e completar, a cavalo, as observações dos aviadores, tão ousadamente colhidas, a despeito da vigilância e da eficácia da defesa antiaérea inimiga, e para, por fim, utilizando o prodígio da radiofonia ou a segurança do telefone pelo fio, informar o clássico: — QUEM, ONDE, QUANDO e COMO... A segunda fase da evolução da arma dos espaços livres, a que se vive no momento, é a da relegação do cavalo para teatros secundários de operações em regiões de excepcional dificuldade ao tráfego automóvel e onde, por outras fontes de informações, já se tenha tido a certeza de que o inimigo não tentará usá-lo, montando-a então em viaturas sobre rodas ou sobre lagartas, blindadas ou não, contanto que adequadas à missão de busca de informações terrestres, com ou sem emprego do fogo, por vêzes indispensável para a confirmação de informes colhidos pela Aviação.

Nesta altura já haveriam razões para retorquir: — por que e para que pode o Exército precisar de aviões, se já tem motorizada e quiçá mecanizada a sua Cavalaria, e a Fôrça Aérea continua perfeitamente apta para cumprir suas missões de exploração aérea?

A verdade é que as missões estratégicas hoje em dia atribuídas às fôrças aéreas são de tamanho vulto que bem podem carrear para si a sensível maioria dos meios materiais e humanos, exigindo para aquêles, condições de velocidades ultra-sônicas, e, para êstes, elevados graus de especialização e demorados períodos de treinamento e de adaptação do pessoal, que não têm aplicação nos poucos meios deixados disponíveis para as morosas missões de observação e vigilância do campo de batalha, as quais, então, jamais poderão ter a prolongada duração desejável e necessária à segurança das fôrças terrestres que as utilizam. Ademais não parece lógico e, sobretudo, nem parece econômico, destinarem-se, nas fôrças aéreas modernas, materiais lentos, sómente utilizáveis para tais missões de apoio às fôrças terrestres e desviarem-se pilotos que podem ser empregados na interceptação dos possíveis ataques aéreos inimigos, para o cumprimento de tarefas que podem ser realizadas por condutores bisonhos e de rápida formação, como seria o caso do emprêgo dos aviões do Exército.

Assim começa a se situar, no complexo conjunto da atualidade, a necessidade de o Exército possuir seus próprios aviões, manejando-os com o pessoal verde-oliva para tal destinado, sem que, todavia, se pretenda constituir uma Aviação do Exército, ou sequer criar uma nova Arma Aérea, como já o foi, em tempos idos.

O Exército está precisando de aviões, para que melhor possa cumprir suas missões específicas de observação e vigilância do moderno cam-

po de batalha, sem que as exigências de permanência e continuidade possam vir a comprometer outros desígnios da defesa nacional, desviando para encargos de elementar simplicidade, homens e recursos das fôrças aéreas, conseguidos a duras penas de preparação e de sacrifícios econômicos da Nação.

Sendo a Divisão a Grande Unidade de combate por excelência, a ela devem ser facilitados todos os meios de combate de que necessita. É, possivelmente, o caso dos aviões, de que ela carece permanentemente e inteiramente à sua disposição, e não apenas, como preconiza a doutrina atual, em missões de cooperação ou para determinadas ações combinadas, quando, nem sempre, prioridades possam vir a caber à Divisão, a qual necessita de aviões para lhe assegurar:

(1) a observação aérea, o reconhecimento e a vigilância (diurna, noturna e com qualquer condição de tempo) da linha de contato e das áreas inimigas na zona de ação da Divisão, com o propósito de localizar, verificar e avaliar reuniões de tropas ou instalações de serviços (futuramente alvos atômicos), ajustar e regular fogos de artilharia e de morteiros e, por fim, realizar estudos do terreno;

(2) a tomada de fotografias aéreas suplementares e necessárias à completa e perfeita interpretação das cartas disponíveis, e de foto-obliquas para o completamento de informes anteriormente colhidos;

(3) o transporte aéreo de pequenos elementos de tropa com missões de destruição, de interdição ou de ocupação de pontos sensíveis do terreno situado nas áreas muito avançadas da zona de ação da Divisão, ou mesmo, nas retaguardas inimigas, por forma a dificultar ou anular os movimentos das reservas e dos elementos de apoio logístico e o funcionamento das comunicações do adversário;

(4) a iluminação do campo de batalha;

(5) meios de transporte aéreo, pronto e rápido, para elementos de Comando, da Estado-Maior-Geral e de Ligação, e, bem assim, eventualmente, para elementos de Comando de Apoio Logístico;

(6) o deslocamento de pequenos fardos, e, até mesmo, de bôcas de fogo, através de terrenos particularmente difíceis ou na transposição de obstáculos, seja para facilitar as mudanças de posições de bateria, seja para auxiliar a execução de certas missões da Engenharia, ou ainda, para realizar determinadas operações especiais de suprimento;

(7) a estreita cooperação com as Comunicações, estabelecendo postos intermediários de rádio ou de radar, ou mesmo, concorrendo no lançamento de fios, através de regiões de particular dificuldade para o trânsito terrestre;

(8) a evacuação aeromédica de doentes e feridos;

(9) o transporte aéreo para as equipes de vigilância QBR (Agentes químicos, biológicos e radioativos) postas à disposição da Divisão para pesquisas em sua zona de ação e proximidades imediatas;

(10) eventualmente, o transporte imediato de elementos do Correio e de mensageiros, com missões de essencial urgência.

Essa dezena de missões, a Divisão as realizará empregando apenas dois tipos de aviões de pequena exigência de campos de pouso e dois tipos de helicópteros, todos de custo relativamente baixo, e, sobretudo, apresentando facilidade no manejo x, condução e simplicidade na manutenção. Os pilotos, constituídos de oficiais das armas e serviços e alguns sargentos selecionados que se apresentem voluntários para tal, poderão ser formados até mesmo nas escolas civis de aeronáutica. O pessoal mecânico e do serviço dos campos de pouso, ainda que renovado anualmente, por força da Lei do Serviço Militar, em curto prazo de preparação poderá atender às necessidades do serviço, se enquadrado por um núcleo-base suficientemente forte, de comprovada eficiência e mantido em alto grau de treinamento.

Eis porque e para que o Exército precisa de aviões...

CLASSIFICAÇÃO E CONCEITUAÇÃO DAS GUERRAS

Ten-Cel SEBASTIÃO JOSÉ RAMOS DE CASTRO,
Oficial de EM

Os nossos autores militares têm tratado, exaustivamente, da nomenclatura e da conceituação das formas de guerra por diversas potências militares. Parece-nos, entretanto, que não têm sido consideradas com profundidade, as razões por que uma Nação estabelece uma classificação e conceituação das guerras.

Acreditamos que para uma nação poder fixar as formas de guerra, há necessidade de estabelecer um processo de raciocínio ordenado e lógico, desde os mais altos escalões de planejamento, passando pelos das Fôrças Armadas que serão os elementos de condução direta da guerra, até atingir o povo, que deverá prover os elementos materiais para a constituição e equipamento das fôrças militares.

Julgamos que será interessante reavivarmos alguns conceitos dos quais, pensamos, decorrem a classificação e a conceituação das guerras, por parte de uma nação.

1. Objetivos Nacionais

Cada nação estabelece objetivos gerais e formula normas para atingi-los. Esses objetivos quando alcançados permitirão a realização dos interesses nacionais. Os objetivos e as normas determinam e controlam as ações governamentais, bem como, suas atividades internas e as suas relações externas.

Nem mesmo duas nações, apenas, têm os mesmos objetivos. Face a um determinado conjunto de circunstância, cada uma delas reagirá de acordo com seus próprios interesses. Os objetivos nacionais podem levar uma nação a um conflito ou a uma aliança com outra ou outras nações, função de diferenças ou semelhanças nos seus interesses.

2. Estratégia Nacional

A estratégia nacional é um planejamento de longo alcance por intermédio do qual uma nação aplica o seu poder, a fim de alcançar seus objetivos. No seu mais amplo sentido é aplicável tanto na guerra como na paz. Empregará e abrangerá todos os recursos do poder nacional, políticos, econômicos, psicológicos e militares e explorará outros aspectos, tais como, sua localização geográfica e a atitude espiritual do povo. Embora seja flexível e adaptável às contingências do momento ela é, basicamente, estável, raramente modificando seu aspecto geral à medida que progride para atingir os objetivos da nação.

3. Estratégia Militar

A estratégia militar orienta o desenvolvimento e a utilização dos meios militares, os quais concorrerão para a realização da estratégia nacional, através da aplicação direta ou indireta do poder militar. A estratégia militar é uma parte integrante da estratégia nacional, seja na paz, seja na guerra.

Uma vez que uma guerra pode ser o meio para atingir os objetivos nacionais, a estratégia militar deve ser criada tendo em vista êsses objetivos. Embora as considerações de natureza militar influenciem na criação da estratégia nacional, é a análise final dos objetivos nacionais que dá forma, tanto à estratégia nacional como à militar. Em consequência, as operações militares realizadas por uma nação devem ser coerentes com os objetivos nacionais e a êles se subordinam.

Com base nesses conceitos, e uma vez se tendo fixado os objetivos nacionais e as estratégias nacional e militar necessárias à consecução dos objetivos, deve-se fixar as categorias e características dos conflitos em que a nação poderá se envolver.

Os conflitos entre nações podem variar de simples desacordos e choques de interesses a diferenças básicas e irreconciliáveis na ideologia e nos objetivos nacionais. Os primeiros são, muitas vezes, solucionados pelo arbitramento ou por concessões. Os últimos podem levar a uma guerra ou mesmo a uma aplicação do poder nacional sem que haja a realização efetiva de operações militares de guerra.

Visando a exemplificação, do que anteriormente consideramos, vamos apresentar as conceituações encaradas pelos Estados Unidos da América do Norte.

Em linhas gerais, os objetivos nacionais dos EUA são o de assegurar sua própria segurança e liberdade e o de estabelecer e manter condições de paz, segurança e justiça no Mundo. (1) A estratégia nacional dos EUA é destinada a permitir a concretização desses objetivos por meio de medidas pacíficas; ela repele a agressão como uma linha de ação aceitável. Os EUA dão realce ao desencorajamento à guerra; entretanto, caso venha a falhar essa medida, estarão preparados para realizar ações militares sob quaisquer condições.

Em consequência, conceituam as seguintes formas de guerra:

“GUERRA FRIA”, “GUERRA LIMITADA” E “GUERRA GERAL”

(Conceito político-estratégico norte-americano)

GUERRA FRIA

A Guerra Fria abrange todas as ações, não incluídas na Guerra Limitada ou na Guerra Geral, que possam ser realizadas na luta pelo poder

(1) Conceitos extraídos do ST 100-5-1 de Fort Leavenworth.

entre nações ou coalizões. As potências em disputa podem procurar obter vantagem por muitas formas, empregando, forças políticas, econômicas e psicológicas, como, também, forças militares. As forças militares exercem importante papel na Guerra Fria e podem, direta ou indiretamente, contribuir para a obtenção dos objetivos nacionais. As reservas podem ser mobilizadas ou as forças em serviço ativo podem ser empregadas, a fim de desencorajar o uso da força, por parte de outra nação. As forças militares poderão ser empregadas para inspirar confiança a um governo amigo em dificuldade, para estabilizar a situação em uma área insegura, para manter ou restaurar a ordem ou para assegurar proteção a pessoas ou propriedades. Embora a característica essencial da Guerra Fria seja a ausência de um conflito armado declarado entre as nações em disputa, a linha divisória entre a Guerra Fria e a Limitada não é, nem distinta, nem absoluta. Em consequência, as forças militares regulares podem ser exigidas a executar operações de guerra fria e que são para todos os fins ações de combate.

GUERRA LIMITADA (2)

A Guerra Limitada é caracterizada pela restrição consciente, por parte dos beligerantes, de um ou mais de seus aspectos, isto é, objetivos, armas, local ou participantes.

A finalidade, intensidade e duração das guerras limitadas pode variar, grandemente, dependendo do grau de restrições aplicado. A expressão "limitada" não significa que a guerra limitada seja de pequeno vulto ou que seja sempre sem importância. Poderá ser um conflito armado entre pequenas forças em uma região relativamente restrita na qual apenas armas convencionais são empregadas. Em outras situações pode envolver forças consideráveis empenhadas em uma vasta região. É impossível localizar, com precisão, o ponto em que qualquer dilatação posterior das restrições transformará uma guerra limitada em guerra geral. Basicamente, no entanto, uma guerra limitada é qualquer conflito que não abrange o emprêgo irrestrito de todos os recursos disponíveis. Seu limite superior não é ultrapassado enquanto um beligerante não chegue a conclusão de que sua sobrevivência como nação está diretamente e imediatamente em jogo e desrespeite todas as restrições.

GUERRA GERAL (3)

A Guerra Geral é um conflito armado entre potências nucleares ou coligações que empregam todos os recursos de que dispõem. É caracterizada pela ausência de restrições e pela realização de ataques nucleares

(2) Este termo descreve uma grande variação de conflitos armados entre os quais se situam os comumentes denominados agressão local, guerra convencional, guerra nuclear limitada.

(3) Este termo é sinônimo de "guerra nuclear geral" ou "guerra nuclear total".

contra o território nacional de ambos os contendores. A Guerra Geral é uma categoria especial de conflito realizada em resposta a uma ameaça direta e imediata à segurança nacional e quando nenhum outro meio oferece uma oportunidade de alcançar os objetivos nacionais.

Vemos assim, que essa conceituação é perfeitamente clara e coerente com os objetivos nacionais. Se analisarmos, atentamente, as características da Guerra Fria poderemos ver sua integral aplicação na recente crise do Caribe. Isso exemplifica, com nitidez, a aplicação dos aspectos característicos de uma forma de guerra, conceituada em decorrência da fixação dos objetivos nacionais.

E o caso do Brasil?

Sem que tenhamos a veleidade de querer formular os objetivos nacionais do nosso país podemos, no entanto, pela simples análise de nossa Constituição constatar, não só da existência de alguns objetivos, como, também, da semelhança com o caso norte-americano, muito embora, podendo haver diferenças na aplicação dos recursos para atingir os objetivos nacionais.

Assim, é que podemos ressaltar:

- a condenação à guerra como meio de solução a conflitos com outras nações e, em qualquer caso, à guerra de conquista direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado;
- as garantias individuais de liberdade de consciência e de crença e a condenação dos preconceitos de raça e de classe, elementos característicos de uma filosofia democrática de vida;
- a manutenção da lei e da ordem e a defesa da Pátria.

Esses postulados podem ser resumidos em — assegurar nossa liberdade e segurança e estabelecer condições de paz e justiça no Mundo. Evidentemente, se não dispomos de força material de grande vulto para assegurar a paz no Mundo, dispomos, porém, de nossa indiscutível força moral, representada pela tradição de um país que sempre recorreu ao arbitramento como solução para divergências com outras nações mas que foi à guerra quando em defesa da liberdade, da justiça e do direito visando a garantia da paz mundial.

Dentro das condições existentes nos dias de hoje e considerando as premissas que fizemos, podemos ver que nosso país poderá ser participante de uma nova guerra. E nesse caso, quais serão as formas de guerra a considerar?

Permitimo-nos apresentar a seguinte classificação que, em seguida, procuraremos justificar.

Guerra Fria

Guerra Contra-revolucionária

Guerra Extra-continental

Guerra Continental.

A divisão do Mundo em dois blocos, nossas ligações com o bloco Ocidental, nossos objetivos nacionais fazem com que, direta ou indiretamente, estejamos envolvidos em atividades enquadradas na conceituação de Guerra Fria.

A garantia de nosso sistema democrático de vida, faz com que nossas Forças Armadas, de acordo com os preceitos constitucionais, possam vir a realizar operações destinadas a dominar elementos que tenham iniciado uma Guerra Revolucionária visando a substituição da ordem legal existente por um sistema totalitário.

A realidade dos agitados dias de hoje, a nossa adesão aos princípios de liberdade e justiça consagrados na Carta das Nações Unidas, nossa tradição firmada inclusive por nossa atuação militar durante a 2ª Grande Guerra, claramente indicam que não é improvável uma nova participação militar em luta extra-continental. Nesse caso, possivelmente integrando forças da ONU, a guerra será com maior probabilidade do tipo guerra limitada, nuclear ou não-nuclear, muito embora possa ser, até mesmo, a guerra geral.

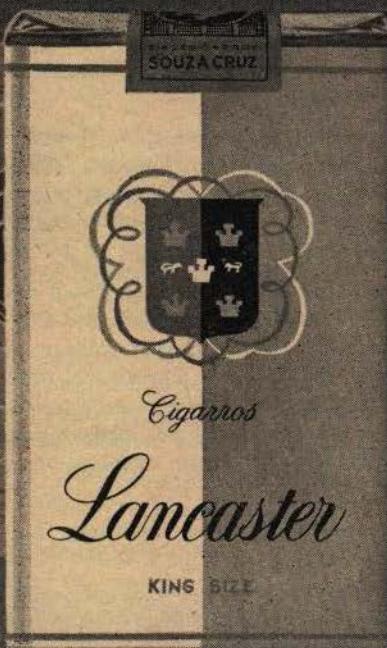
Finalmente, a segurança da nossa soberania faz com que devamos admitir a guerra continental, guerra essa muito remota se considerada como decorrência de antagonismos históricos, por causa do clima de entendimento e fraterna amizade que une as nações do continente, mas bastante possível se oriunda de um esforço conjugado de nações continentais para auxiliar uma nação irmã que solicite auxílio por estar ameaçada por uma Guerra Revolucionária.

Pensamos assim ter lançado a idéia de uma classificação das guerras em que nosso país pode vir a participar. Acreditamos, entretanto, que o assunto merece um estudo mais detalhado que, não só estabeleça uma classificação mais adequada, como, também, fixe as características gerais de cada forma de guerra.

AOS ASSINANTES

Em caso de transferência não deixe de providenciar para que disso tenha a Revista conhecimento.

Se optou pelo pagamento mensal, certifique-se de que o desconto está sendo feito.



MAIS FUMO. MAIS QUALIDADE.

Lancaster

MAIOR SUA SATISFAÇÃO!

Desde que surgiu LANCASTER - um king-size sem filtro - maior é a satisfação de fumar. Pois LANCASTER tem mais fumo... e são fumos de um excelente sabor. Experimente hoje mesmo, peça LANCASTER... Muito maior é sua satisfação!

Lancaster

KING-SIZE • SEM FILTRO
CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ

A GUERRA REVOLUCIONÁRIA (1)

Ten-Cel JOAO PERBOYRE DE VASCONCELLOS
FERREIRA — Oficial de EM

GENERALIDADES

Apesar da sua vestimenta militar — Guerra Revolucionária — tema dêste trabalho não é essencialmente guerreiro.

Trata-se de uma técnica agressiva do chamado mundo comunista para obtenção do seu objetivo-chave: o domínio do mundo.

Para nós das democracias é um dever substancial conhecermos essa técnica, como é direito legítimo e natural qualquer defesa que se levante contra as investidas desta guerra, cuja vitória significará uma inversão de todos os valores que aprendemos a admirar e a desejar ou, se quiserem, significará uma aculturação violenta em cujo bôjo serão exercitados comportamentos sociais que condenamos, implicando na mais nefasta das renúncias: a renúncia de podermos crer que a vida tem um sentido alto, vertical e contínuo rumo a Deus por uma compreensão utilitária, materialista e horizontal rumo ao nada.

A justiça social que é a tese central do temário comunista tem suas limitações na própria limitação da convivência humana. É um problema de evolução, não um problema de regime.

As fôrças da história clamam a todos por uma nova etapa de consolidação das relações humanas que vai consagrar a justiça social e a liberdade. Até lá vai ser difícil diferenciar as lágrimas dos que choram com fome, das lágrimas dos algemados.

Em todo caso, se como diz Siroski, estamos na aurora de uma nova cultura ideológica, o novo alvorecer não é uma criação da argúcia vermelha.

É antes um imperativo histórico. Seja este imperativo uma advertência à nossa capacidade de entender e de fazer, e um desafio às nossas lideranças para que se atualizem sem se desagregarem na demagogia.

Não há, de nossa parte, nenhum ressaibo para com os que pensam diferente de nós e mesmo isso não se coadunaria com a nossa crença sólida na excelência dos princípios que defendemos. Somos obrigados, portanto, a manter uma atitude compreensiva, particularmente para com os homens sinceros do campo contrário, os quais em última análise perseguem o mesmo objetivo que perseguimos: o bem-estar social. Temos além disso a convicção moral de que a democracia pode agir sem apoio no fanatismo e correr riscos sem garantia de êxito.

(1) Ver, do mesmo autor, "Guerra Insurrecional" — A DEFESA NACIONAL — Jul/Ago 1962.

Sabendo, por filosofia íntima, que o entendimento não é um processo intelectual e sim de sintonia, apelamos das consciências em sintonia connosco, o apoio indispensável para que as nossas palavras não sejam um grito isolado de um indivíduo, mas a tradução de um impulso coletivo e criador das consciências democráticas.

CONCEITO DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Era impressão de todo o mundo que a arrojada evolução técnica do século, haveria de trazer necessariamente uma era nova para a guerra, onde os generais seriam os executores dos cientistas e onde o automatismo quase que chegaria a produzir uma guerra dirigida de uma cabina, pressionando botões.

No entanto, esse amontoado de arsenal guerreiro, superpotente para destruir toda a humanidade, produziu, ao contrário, a açudagem de todos os impetos agressivos humanos, através dos processos de intimidação e contenção, e tivemos paradoxalmente de assistir contra a abundância de tantos engenhos de destruição, a volta a velhas formas de luta, cujas características são a simplicidade dos meios e a alta prioridade do fator humano.

Tivemos que reverenciar a *reentrée* na guerra subversiva ou irregular, a qual como o seu próprio nome denuncia, adota processos distantes das linhas clássicas da guerra.

Mas, não surgiu como cópia servil do passado. Revestiu-se de características próprias e técnicas engenhosas, tomando o nome de guerra revolucionária.

Ela tem sido chamada de guerra irregular ou subversiva, guerra insurrecional, guerra dos partisans, "petit guerre" ou guerra de superficie.

Mas, não vamos nos preocupar com os motivos dessa diversificação de nomes, para nos atermos ao seu conteúdo estratégico-ideológico-político que a caracteriza plenamente, uma vez que a parte guerreira propriamente dita — a guerrilha — é um velho processo de ação do mais fraco contra o mais forte, o qual não cabe, no propósito dêste trabalho, apresentar e discutir.

Apenas para se ter uma impressão da alta incidência do processo, através da História, vamos citar, de passagem, as suas ocorrências principais.

É para nos deixar perplexos como foi possível uma forma tão desgastada de processo guerreiro revestir-se de características tão novas e tão marcantes, ao ponto de se ter transformado na preocupação constante dos líderes políticos e militares de todo o mundo.

A parte guerreira, como disse, tem fundamento antigo: é Viriato lutando contra Roma; é Duguesclin à frente dos campônios franceses; é Vercingetorix face à Gergóvia; e o "gran Ferré" contra o exército invasor inglês. É a primeira Vendéia, a primeira Chouannerie. São as

ações dos partisanos do Tirol, em 1809, e dos Vosges, em 1814, e dos espanhóis, em 1809-1812 contra Napoleão; é Koutosof, em 1812; são os franco-atiradores de 1870-71; são os guerrilheiros de Ab-del Krim; são os maquis franceses do movimento de resistência; são os partisanos russos, em 1919-20, 42 e 44; é o movimento de Milkhaiovich e Tito na Sérvia, de Markos, na Grécia.

Entre nós, é o movimento tenaz de brasileiros e portuguêses, na Guerra Holandesa; é Antonio Conselheiro.

Todo esse arsenal de experiência, embora de interesse quase que inteiramente militar, foi refundido numa nova técnica, cujo mestre é Mao-Tsé-Tung e cuja etapa mais brilhante de emprego dos princípios foi a guerra de Viet Minh.

A guerrilha, como um dos processos do vasto mecanismo da guerra revolucionária, aparece agora como auxiliar modesto de uma engrenagem impressionante, cuja montagem é antes psicológica do que militar.

CONTEÚDO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

QUADRO IDEOLÓGICO — O fato ideológico da Guerra Revolucionária é a doutrina marxista-leninista. Com esta ferramenta, num solo trabalhado pelas contradições internas, particularmente econômicas e sociais e, algumas vezes políticas, a luta é lançada para a conquista física e psicológica das massas, intentando num segundo lance a tomada do poder por processos agressivos: a guerrilha.

Atrás dos bastidores do conceito, vigia o imperialismo soviético, que será o usufrutuário da vitória.

Para viver toda extensão desta exposição inicial de atualidade gritante, vamos lançar mão de afirmações auxiliares que ajudarão a entender a técnica de pensar para esta forma de conflito, porque estas afirmações servem de "background" dos princípios estratégicos e táticos ostensivos:

- A ação nada mais é do que um meio para atingir um fim qualquer.
- A população é para o revolucionário o que a água é para o peixe.
- A ideologia intermediária, particularmente o nacionalismo, é o pano de boca para as platéias adversas à idéia comunista.
- A subversão, além de ser uma técnica, é uma idéia.
- O poder político procede do cano de espingarda.

QUADRO ESTRATÉGICO E POLÍTICO — No pensamento marxista-leninista, a política está subordinada à estratégia. É um princípio condutor das operações que faz flutuar o procedimento político ao sabor dos imperativos estratégicos.

Se a dinâmica da política russa é o domínio do mundo, a sua estratégia de paz obriga a política a conduzir as guerras indiretas e de exportação configuradas plenamente na guerra revolucionária.

Essa contradição se adapta esplêndidamente ao conteúdo dialético da sua ciência de governo :

— A política é de domínio e visa à implantação da "Internacional Soviética". A estratégia é de paz consubstanciada no "slogan" da "co-existência pacífica".

Para compensar a ação salutar dos Congressos de Paz e de um sem número de iniciativas pacifistas, temos um Komiform ativo e agressivo em qualquer área, cujo clima social e econômico permita a aplicação da cunha da agitação, da subversão, da guerra revolucionária.

— *São Elementos Componentes Desta Guerra :*

— Guerra religiosa, cuja doutrina esquematizada em dogmas facilita a sua popularização e a sua intolerância e crueldade.

— Ajuda dos países da cortina.

— Amoralidade.

— Guerra psicológica.

— Guerrilha.

No final dêste quadro estratégico e político, vejamos como Suzane Labin apresenta um pouco do conteúdo estratégico — político-ideológico dessa luta de características *sui-generis* :

"As palavras são os projéteis do século XX".

"Um jornal vale mais que dez navios-aeródromos".

"Uma película cinematográfica ou um programa de televisão produzem mais que cem canhões".

Dez elementos criptocomunistas podem neutralizar dez regimentos de infantaria".

"Um Ministro de Informações é tão valioso para a defesa quanto um Ministro da Guerra".

Seriam êsses conceitos de Suzane Labin, a tática de propaganda e infiltração, componentes da grande estratégia de guerra revolucionária.

QUADRO GEOGRÁFICO-SOCIAL PARA A GUERRA — Se a luta visa à conquista da população como degrau para a tomada do poder, é lógico que determinadas condições iniciais são exigidas para que prolique o fermento revolucionário.

Não é numa nação estabilizada por um longo passado de liberdade como a Inglaterra, que vai haver campo para a subversão.

A propósito disso, Jan Kozak, deputado comunista tcheco, mostra-se decepcionado porque, malgrado tivesse o Partido Trabalhista Britânico subido ao poder três vezes e o Partido Democrático Sueco se mantido no

poder por 25 anos, não conseguiram conduzir suas pátrias para o "Socialismo". Não é numa nação estabilizada por um longo passado, como disse, que vai haver campo para a subversão.

As próprias contradições internas que existem em qualquer organismo social, como fenômeno de desequilíbrio do metabolismo nacional, são orientadas nessas nações como a doença: é o remédio das leis, a dieta do racionamento, o repouso de investimentos improdutivos ou prorrogáveis.

Nas nações recém-saídas para a liberdade, a luta inicial pela liderança cria um clima instável, favorável às mudanças, enquanto as populações não politizadas e sem consciência da nacionalidade são facilmente envolvidas pelas campanhas messiânicas e milagrosas e pela xenofobia. O estrangeiro passa a ser responsável pelo subdesenvolvimento e por todos os males existentes, num autêntico processo de projeção psicológica.

Assim, alinharemos, como condições iniciais favoráveis:

- Contradições internas, particularmente econômicas.
- Um movimento do povo, espontâneo ou provocado, face a estas contradições, que servirá de onda transportadora da nova ideologia.
- Área geográfica favorável para o estabelecimento de uma base tipo Sierra Maestra, para suporte do núcleo revolucionário:

Serão condições subsequentes, oriundas deste primeiro movimento:

- Descredito dos poderes constituídos.
- Apoio da população.
- Enfraquecimento das Forças Armadas, por campanhas de desprestígio ou pela própria contaminação dos seus membros, psicologicamente vivendo no grande organismo — o povo.

QUADRO DA GUERRA PSICOLÓGICA

Se o apoio da população é o ponto forte para a guerra revolucionária, é lógico que é necessário conquistar este apoio da população.

Para a conquista deste apoio é desenvolvida uma tática *sui-generis*, denominada guerra psicológica. Não temos a pretensão de no curso deste trabalho com objetivo certo — guerra revolucionária — nos estendermos pelos meandros infundáveis dessa complexa técnica. Vamos apenas pontilar os seus aspectos mais importantes, para sentirmos os seus processos de envolvimento e domínio.

De um modo geral, as linhas-mestras são:

- Mistificação;
- projeção psicológica;
- métodos da escala reflexológica de Pavlov.

A mistificação é orientada pelo processo das meias-verdades ou das mentiras sistemáticas, sem preocupação de apresentar argumentos para garantir-lhes a validade. Criam-se dogmas pela repetição incessante e segundo a escola reflexológica, as palavras deixam de ser veículos de idéias para serem estímulos que provocam na mente a apresentação de uma determinada crença, de um determinado sentimento. É o processo da lavagem cerebral.

Ainda neste capítulo de orientação das mentes através das mentiras há o método do abuso da semântica.

Os especialistas em semântica geral, como Alfredo Korzybski, por exemplo, constataram que grande número de distúrbios mentais decorre da propensão das pessoas para usarem sistemas dualistas de pensamento do tipo, ou é isto ou é aquilo: se ademais os dois pólos de valores referem-se a térmos vagos é muito fácil produzir frustrações. Haja vista por exemplo o término justiça social. No bôjo dêste término de vasto conteúdo ensaiam os soviéticos uma "crítica social" das imperfeições do sistema da livre iniciativa. Se há fome, desajustamento no mundo livre, elês afirmam dentro do sistema dualista: então não há justiça social. Ora, o término justiça social é muito vasto e não se refere únicamente a operários. É antes um instrumento de dignificação da pessoa humana em seus diversos estágios de evolução, abrangendo chefes, técnicos e obreiros. Por ela cada um recebe além de um tratamento de respeito e de prestígio pela tarefa que desenvolve no organismo social, todas dignas e necessárias, uma paga coerente com a dificuldade ou excelência da tarefa. Ela é uma meta a atingir para todos os povos; porém ainda está em curso, dado o alto grau de evolução social que encerra. Omitem, por outro lado, as imperfeições da justiça social soviética, onde há também fome, desajustamento. Isso sem falar em coação individual, lógica dentro do sistema dêles onde a liberdade é definida com um conceito pertinente à sociedade e não ao indivíduo.

Um exemplo :

Vamos adiantar um exemplo de justiça social soviética. Antes de tudo convém ressaltar que a visão unilateral da vida pelos soviéticos dá alta ou única prioridade ao "homo economicus". A questão de salário, pelo menos, deveria refletir a tendência socializante de sua doutrina. Mas não é bem assim. Segundo dados do Serviço Nacional de Informações e Contra-Informações, é o seguinte o nível dos salários russos:

Trabalhador — 800 rublos anuais — Este nível compreende o nosso salário-mínimo, digamos.

Graduados — Especialistas e Técnicos — Entre 1 a 10 salários-mínimos.

Oficiais Subalternos — Capatazes de fábricas — Diretores do Roskol (Colônias agrícolas coletivas), engenheiros e professores de Colégios entre 10 a 25 salários-mínimos.

Oficiais Superiores e Capitães — Diretores de Fábricas — Professores de Unidade — entre 25 a 250 salários-mínimos.

Generais — Cientistas — Escritores — entre 250 a 500 salários-mínimos.

Marechais — Cientistas de renome — Conselho de Ministros, de 500 a 600 salários-mínimos.

Não é preciso encarecer que esta escada íngreme de salários nunca correspondeu a socialismo nenhum e nem reflete sequer tendência socialista.

Nós, em que o nível salarial vai apenas até 17 vêzes, é que estamos no caminho do verdadeiro socialismo democrata, em que pese o descaso nos setores de educação e saúde que nos desclassifica como sociedade organizada.

A política de salário diferencial inaugurada por Kruschev é outro acinte à idéia socialista. Nesse salário o pagamento é feito por qualidade de trabalho e não por categoria de profissão. A introdução de um fator subjetivo no julgamento como a "qualidade" estabelece sob o ponto de vista legal uma tirania ou, se quiser abrandar a assertiva, uma injustiça porque é um fator dificilmente mensurável. A produção seria outra coisa. É palpável.

Como mentira sistemática temos por exemplo o slogan: *Libertar os Povos Oprimidos*. Ora todos os que estudam sabem que a liberdade é um padrão das democracias e seu maior objetivo, enquanto a justiça social é o escopo principal do mundo comunista.

Falar em liberdade através do comunismo é um paradoxo, porque a liberdade é negada *ab initio* dentro de seu programa de bem-estar e progresso social.

A liberdade é entendida em bases coletivas, vivendo o indivíduo escravo dentro de uma sociedade livre. É lugar comum a negação da pessoa humana.

A afirmação "Libertar os povos oprimidos" não tem o objetivo de persuadir, mas únicamente criar um estímulo de simpatia a favor dos soviéticos. Realmente o sistema ideal é o que conjugue liberdade com justiça social. Alguns Estados democráticos devem em muito ao comunismo o atual progresso de sua justiça social, é forçoso confessar. A pressão do medo, talvez os tenha obrigado a acelerar o passo nesse sentido. O Brasil segundo os nossos observadores sociais mais abalizados está nesse caso.

Portanto, quase nada se deve às proclamações de conteúdo social de vasta envergadura, formuladas por homens ilustres e entidades respeitáveis, largamente discutidas e citadas pelas elites dirigentes e estudiosos sociais. Embora da autoria de elementos credenciados, serviram apenas para adôrno dos seus promotores porque as organizações que deviam dinamizá-las estavam vivendo uma onda social de profundo isolacionismo e cristalizadas em valores de critério social baixos.

Assim se valessem as suas iniciativas, ainda haveria escravidão e não existiriam todos os progressos da justiça social: previdências, férias, descanso remunerado.

A influência do comunismo, portanto, entre nós foi um fator de progresso da justiça social. Verdade é, que a onda histórica proporcionou a nós e ao comunismo esse progresso, porque só a história, pela sua maturação determina conquistas duráveis. Mas não há dúvida que ele foi o principal intérprete da história entre nós, instrumentando o fenômeno.

Vejamos a técnica da projeção psicológica. Por ela transferimos a outrem as nossas próprias culpas. Vamos citar um exemplo de uso abusivo desta prática pelo mundo comunista:

— a campanha cerrada contra o imperialismo do mundo livre.

O imperialismo ocorre em qualquer setor de atividade e preside as interações individuais e coletivas. É um símbolo da desfraternidade, da baixa cultura aqui entendida, como comportamento social da humanidade.

As nações líderes fazem uso largo dêsse expediente contra as nações subdesenvolvidas.

É uma sistematização do "*Homo homini lupus*", de Hebbes.

Não é um fato estranho, aberratório na conduta dos homens e dos povos. As exceções a esse fato como o plano Marshall e os diversos planos de ajuda correm por conta do interesse cada vez mais ubiquitário das nações líderes que extravasam o seu território, mundo afora, e que procuram transformar a ajuda econômica em prestígio político e dêste pedestal inaugurar uma nova posição para a força.

Não é uma prerrogativa portanto do mundo livre atitudes imperialistas. É um status humano que só a evolução social poderá esmaecer. Realmente a reação enérgica que se exercita por parte da consciência dos povos é um indício de que o progresso social, nesse setor, se avizinha.

O método de projeção associado à escola reflexológica que paralisa a mente transformando-a em órgão sensorial, vem trabalhando a favor dessa notável mentira de que a Rússia não seja a nação mais imperialista do globo.

Todos quanto compulsionam a história dêsses últimos 25 anos ficarão estarrecidos com o número de agressões e ações imperialistas do mundo soviético.

Vejamos o calendário abaixo :

- 1919 — A Rússia invade a Polónia.
- 1921 — Invade e conquista a Geórgia.
- 1939 — Invade e ocupa o leste da Polônia.
- 1939 — Invade a Finlândia, obrigando-a a ceder a Carélia Oriental.

- 1940 — Anexa pela força a Lituânia, a Letônia e a Estônia.
- 1945 — Apossa-se de grande parte da Manchúria.
- Conquista as ilhas Kurilas, na única ação militar que representou o seu concurso na guerra contra o Japão.
- 1945/46 — Apossa-se da Alemanha Oriental.
- 1945/46 — Fracassa face ao Irã.
- 1945/48 — Fracassa face à Grécia e Turquia.
- 1946 — Força o Afeganistão a ceder Hushka.
- 1953/54 — Domina a revolta dos trabalhadores na Alemanha Oriental.
- 1956 — Domina a revolta dos trabalhadores e estudantes húngaros.

O caso húngaro em que o povo foi esmagado diretamente pelos tanques soviéticos, tem sabor de colonialismo antigo, revivendo a luta dos espanhóis contra os incas e aztecas.

Apesar de todos êsses paroxismos face aos quais a palavra imperialismo é um eufemismo, hoje, graças ao método reflexológico todo mundo sabe que imperialista mesmo é a América do Norte, sem exame na enumeração desse fato, reagindo como mente lavada a um estímulo imposto pela propaganda soviética. Isto é o que chamamos projeção psicológica.

O imperialismo russo é extenso: político, ideológico e econômico. Citaremos um fato transscrito do Observador Econômico de agosto de 1961: — “Em relação ao carvão polonês, o próprio camarada Nikita, em comunicado conjunto associado com Gomulka, em 1956 confessou que era adquirido pelo governo Soviético a preço abaixo do custo. É verdade que a URSS deu substancial ajuda econômica a êsses países. Mas dava com uma mão e tirava com a outra”.

Outro exemplo transscrito no “Estado de São Paulo”, de 29-7-62, de mistura de projeção psicológica e mistificação, pode ser apresentado pela resposta de Ana Bérbits do Jornal de Mulheres de Budapeste (Edição de 30-6-62), à indagação de uma missivista. A carta estranha as explosões atômicas soviéticas face ao repúdio oficial pelos soviéticos da guerra atômica e pergunta se as bombas soviéticas são de natureza diferente às do Ocidente ao ponto de não contaminarem a atmosfera. Com visível embaraço é lançado o seguinte esclarecimento: — “... Detestamos todas as experiências atômicas, tanto soviéticas quanto norte-americanas. Todas elas são perigosas para a saúde da humanidade. Mas não se pode perder de vista que as armas norte-americanas são fabricadas visando à guerra mundial, enquanto as armas atômicas soviéticas servem para afastar a guerra”. Realmente a ordem é não esclarecer os propósitos imperialistas da nação soviética. No mesmo jornal “Estado de São Paulo” há um exemplo a citar: O Embaixador Soviético Dobrinin e os agentes de publicidade da União Soviética fizeram como matéria paga, distribuição

pelos jornais americanos do discurso de 13.000 palavras de Kruschev no Congresso do Desarmamento e da Paz, dêste ano. O discurso é um hino à invencibilidade da Rússia graças ao alto teor do seu adiantamento técnico e atômico. O jornal "Washington Post" comprometeu-se a publicar a peça, de graça, se merecesse igual mercê por parte do "Pravda" ou "Izvestia" para o discurso de Kennedy. Não foi aceita a barganha. Conclusão: Kruschev não quer esclarecer seu povo, para deixá-lo alheio ao real progresso do Ocidente no que tange ao poderio atômico o qual no referido discurso de Kennedy é salientado, ratificando as palavras do Ministro da Defesa MacNamara sobre a superioridade dos Estados Unidos no setor nuclear.

Mas aqui e acolá surge uma contradição, embora sem publicidade, uma vez que a verdade, mesmo quando se tem interesse na sistematização da mentira, é uma reação natural da mente humana, e assim vamos assistir o pacífico Kruschev em mensagem a Bertrand Russel, afirmando que deseja obter a vitória do comunismo à custa de uma guerra nuclear.

Passaremos agora em revista os métodos de escola reflexológica do Pavlov. Pavlov baseou sua teoria na experiência que fez num cão portador de uma fistula gástrica. Colocou um tubo ligado a uma ampola de vidro na qual era recolhido o suco segregado pelo estômago. Toda vez que Pavlov apresentava um pedaço de carne observava um aumento de secreção gástrica provocada pela visão, pelo olfato e pela vontade de comer carne. Passou repetidas vezes a tocar uma campainha quando apresentava a carne e em seguida, sómente tocava a campainha sem apresentar a carne, observando que a sensação era idêntica a que se processava com a apresentação da carne. Pavlov denominou a esse fenômeno, "reflexos condicionados".

A reinterpretação dessa experiência pode ser desdobrada como suplemento ao teorema do Marxismo segundo o qual uma mudança de condições sociais transformará o homem. É rejeitado o fator subjetivo ou de vontade e afirma-se que os reflexos e o comportamento do homem são governados por sinais, condições sociais, palavras e comunicações em massa.

O homem passa a ser manobrado por fatores objetivos. A pessoa é telecomandada. Os processos psicológicos podem ser manipulados, fixados ou modificados e o homem pode ser "transformado".

É verdade que dentro do mundo livre êles não têm liberdade para experimento tão extenso. É usado e abusado o método no preparo dos seus líderes e para domínio de suas populações.

Para nós, a escola reflexológica instrui a propaganda soviética monótona, insistente como quem faz soar uma campainha.

Os grandes métodos da teoria como a tortura invisível, a regulamentação do trabalho, alimentação e do lazer como um meio de atingir o corpo pela mente felizmente não conhecemos de perto.

Aqui a escola manuseia estereótipos verbais, estímulos e tentam fundamentar um sólido sentimento de culpa e de frustração ao denominar todos os seus adversários de reacionários e entreguistas.

Tôdas essas linhas-mestras da guerra psicológica orientam a propaganda soviética que como veremos, por si só, garante a primeira fase da guerra revolucionária. Enquanto a propaganda democrática se fundamenta no postulado racionalista, uma espécie de extensão da publicidade comercial, procura convencer os clientes e adeptos, a técnica comunista não procura persuadir a mente, mas, como dissemos, lança mão de fatores objetivos como estímulos que vão imobilizando a função de raciocinar da mente, automatizando-a como órgão sensorial de reações pre-determinadas.

QUADRO DAS IDÉIAS ESTEREOTIPADAS OU PREFABRICADAS

A propaganda comunista para os países fora da "Cortina de Ferro" tem como objetivo inicial afastar as Nações do Mundo Livre dos Estados Unidos, no sentido de numa primeira etapa isolá-lo.

Se ficar concluída a comunização da América Latina os Estados Unidos ficarão fechados a Este pela Rússia, ao Oeste pela China, ao Norte pela rota polar e ao Sul pela América Latina.

A base sólida para o comunismo na América Latina é o Brasil cuja comunização representará a comunização de tôda a América Latina. A ilha de Caribe, Cuba, não tem bases físicas nem recursos para permitir o avanço da política russa na América Latina como trampolim ou *stepping-stone* que conduza a doutrina a pé enxuto para o continente.

O partido comunista brasileiro está desempenhando, portanto, um papel extraordinário na estratégia russa permitindo o envolvimento dos Estados Unidos pelo Sul.

Esta manobra gigantesca só pode inspirar lógicamente grande número de idéias — estereótipos cujo retinir monótono e insistente obedece à técnica da escola reflexológica a que nos referimos.

Vamos passar em revista as principais idéias — cartazes :

— Abaixo o imperialismo americano. É uma projeção psicológica, como já vimos quando comentamos a este respeito.

— Queremos a paz — o objetivo principal é desarmar o espírito de luta do mundo livre. Sendo a paz um anseio universal de pessoas e coisas traduzida na procura de segurança, repouso e equilíbrio que é a paz das coisas inertes, há uma aceitação subjetiva sem crítica a esta pregação cívilosa.

Concomitantemente com a sinêta monótona dêsse cartaz insincero, aparecem as listas dos Congressos de Paz cujo objetivo é o comprometimento inconsciente de quem assina. Não se destinam a convencer ninguém. Cram um compromisso da mente com a idéia — paz — ausência de ação, nesse caso, porque se trata de uma adesão pasiva ao conceito, sem nenhum princípio interior para dinamizá-lo. Passam os assinantes a defender com um personalismo consequente a sua assinatura, os promotores do movimento, etc.

Apôio a Cuba — A idéia é apenas aglutinar a opinião em torno das nações comunistas. Mas cala bem o apelo à nossa consciência democrática.

Resta saber, apenas, se Cuba quer mesmo apoio ou adesão. A primeira idéia — o apôio — estaria consagrada no princípio democrático de autodeterminação dos povos, enquanto a segunda — a adesão, seria uma perfídia comunista contra o mesmo princípio de autodeterminação dos povos, concretizada por uma intromissão indevida nos assuntos internos de outra Nação, uma tentativa de alastramento da subversão, como instrumento despersonalizado da política soviética a que estaria servindo.

Dentre as idéias intermediárias, o nacionalismo é o que mais atende as platéias ecléticas.

Disse Lenine: — “O patriotismo é um dos mais profundos sentimentos enraizados no coração das pessoas através de séculos e milênios desde o momento em que suas pátrias começaram a existir de maneira autônoma”.

Poderia dizer que uma das maiores dificuldades, talvez o maior obstáculo por que passou nossa revolução foi o período de intensos conflitos com o patriotismo durante o período de paz de “Brest-Litovsk”.

Ele é a fonte de maior energia de nossa época tendo sido preocupação de Stalin ensinar como tirar partido do nacionalismo burguês para fazer progredir o movimento revolucionário. Escreveu ele: — “O leninismo reconhece a existência, no movimento da libertação nacional dos países oprimidos, de aptidões revolucionárias e julga possível utilizá-las para a destruição de inimigo comum — o imperialismo”.

Lenine admitia que a fase proletária na revolução deve ser precedida nos países coloniais de uma fase nacionalista, no decurso da qual uma colaboração com a burguesia é recomendada, a princípio, pelo menos. A luta de classe e a liquidação da burguesia ficarão para um estágio ulterior.

O nacionalismo e os problemas nacionais são focalizados com um sensacionalismo palpítante.

De permeio a cartazes sem conteúdo nacional — Apoio a Cuba, etc. — pompeiam cartazes que arregimentam realmente os anseios da Nação — problemas sociais — reformas de base. Até anticomunistas se congregam em torno dessas idéias sãs e quando por escrúpulo contra a origem dessa propaganda se recusam a aderir, aí vem a medicina pronta para produzir sobre êsses recalcitrantes sentimentos de culpa e frustração: reacionários entreguistas — retrógrados — fascistas — aposentados, etc., explorando o horror ao ridículo do nosso povo.

Isso tudo é uma apresentação reduzida da técnica de envolvimento das mentes, para conquista da população, portanto uma fase, mesmo, da guerra revolucionária.

Por falar em fases de guerra revolucionária, vamos apresentar um dos esquemas organizados por estudiosos no assunto sobre processamento desta forma de guerra. Na prática, as fases se revelam bem permeáveis segundo o clima local, se interpenetrando e confundido.

— Período de organização ou pré-revolucionário :

1^a fase — Início da organização revolucionária

2^a fase — Criação de um clima revolucionário

— Período de operações :

3^a fase — Passagem à ação

4^a fase — Rebelião

5^a fase — Operações clássicas

No capítulo seguinte faremos uma apresentação do conteúdo de cada uma dessas fases.

DESENVOLVIMENTO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

— Paralisada a mente coletiva pela aceitação passiva das idéias estereótipos, os líderes comunistas vão tratar da organização revolucionária.

Naturalmente que o plano é flexível. Não há modelos prefixados a que devem obedecer, mas de um modo geral põem em ação as chamadas técnicas destrutivas e construtivas simultâneas e que visam a destruição do antigo organismo social e construção da nova sociedade.

Vamos procurar interpretar e sintetizar o que diz o Comandante Boulnoie do Exército francês, sobre as teorias e outros desenvolvimentos das fases. Não há dúvida de que esse desenvolvimento apresenta um esquema variável com as reações do poder legal, os erros táticos dos insurretos, a influência dos acontecimentos do exterior.

Atentando que a França suportou no curto período de após guerra pelo menos quatro grandes operações subversivas (Indochina — 45 a 54), (Tunísia 1934 a 54), (Marrocos 1954 a 55), (Argélia — 1954 a 1962), o testemunho do autor francês tem a seu favor o selo de uma experiência dura para o Exército e o povo francês.

TÉCNICAS E MÉTODOS — O problema, como dissemos, é exercer um controle total sobre as massas humanas: físico e psicológico.

O objetivo é atingido quando o indivíduo, seja qual for o ramo de atividades, sexo ou idade está mobilizado a serviço da subversão.

Viet Minh foi o exemplo dessa mobilização pessoal mais perfeita.

O enquadramento do povo foi realizado pelo sistema chamado das hierarquias paralelas. O partido Comunista entrou como uma terceira força, ocupando os pontos chaves das duas hierarquias. Pouco nume-

rosos escolhidos com cuidado, treinados à espartana constituíam em cada escalão dessas hierarquias, o eterno troika marxista, uma rede nervosa e cérebro que irradiava as ordens dos Comitês Centrais; formulava a orientação para os problemas locais e fornecia informações com precisão e detalhes.

A essência do sistema das hierarquias paralelas é a seguinte:

— o indivíduo é enquadrado como indivíduo geográfico e como indivíduo social.

Como indivíduo geográfico ele pertence à hierarquia territorial da sua povoação, e a frente popular do seu município, e do seu estado, porque essas associações minúsculas são grupadas em frentes populares.

Exemplo: Associação do povo de Pirambu, da frente popular de Fortaleza.

Como indivíduo social ele é agremiado por profissão, idade, sexo, religião etc. dentro da sua povoação, cidade, estado.

Teremos então, para manter o mesmo exemplo: associação das mulheres do Pirambu, associação dos jovens trabalhadores do Pirambu, associação dos católicos de Pirambu, associação dos aposentados, etc.

Conforme as atividades dominantes no povoado ou bairro poderão ser desdobradas em associações mais específicas: Associação das operárias tecelãs, associação dos tecelões, associação dos jovens metalúrgicos, associação dos aposentados ferroviários, associação dos velhos, associação dos católicos, etc.

A criação de associações deve obedecer à diversidade de situação do povo, mas o categórico é que todos são obrigados a serem associados. Essa técnica de associação divide o lar que passa a ser um feixe divergente: a bem dizer cada membro da família pertence a uma associação diferente.

A finalidade da associação social é conseguir grupos bem homogêneos, e que facilita o trabalho e sucesso da propaganda pré-fabricada por técnicos no assunto. Cada classe ou grupo merecerá tema especial.

A autocritica, técnica comunista de domínio sobre a pessoa humana, é aqui exercida com grande êxito. Num meio menor e, homogêneo e socialmente simpático de assemelhados, há um relaxamento mais natural da censura.

A autoerística, combinada com a divergência associativa do lar, estimula a delação dos amigos, parentes e íntimos.

Quebra a confiança entre eles por que nunca sabem a que serão conduzidos os seus parentes durante o exercício da autocritica. Se confessaram de público os seus pecados contra o partido, com detalhes de situação e testemunhas, e essas testemunhas tiverem esquecido de fazer a competente delação, estarão perdidas.

O enquadramento numa e noutra hierarquia facilita a fiscalização e contrôle.

A menor falta que escape do contrôle de seu grupo profissional é mais difícil escapar do nôvo contrôle de seu grupo do povoado ou bairro.

Ademais é aterrador dar satisfação a duas associações e ser sempre coerente.

Por outro lado, essa duplicidade diminui a solidariedade da classe, despersonaliza, como é da técnica comunista, para que sirva ao partido como único senhor e amo.

É lógico que uma população não vai associar-se nesta engrenagem complicada, por entusiasmo.

Os elementos do partido impõem isso pelo terror, por ocupação militar ou por uma vitória de partido local.

Não se atinge a essa perfeição diabólica da noite para o dia. A guerra revolucionária se estende durante anos. Pode sofrer paralisação, recuos, mas sua linha geral é perfeitamente conhecida.

EVOLUÇÃO DA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

— A primeira fase é um período de organização e preparação do terreno. Trata-se inicialmente de envenenar "contradições internas" da sociedade a destruir. Não existe, com efeito, nenhuma comunidade onde não se possa encontrar uma "contradição" explorável em um dos campos sociais, políticos, econômicos, religiosos, etc.

Núcleos ativos e secretos são constituídos.

Uma agitação bem coordenada e uma propaganda intensa, artigos na imprensa e reuniões públicas passam a focalizar amplamente aquelas contradições.

A opinião nacional e internacional é alertada.

Daí por diante, o problema passa a existir.

— A segunda fase visa à criação de um clima revolucionário.

Isso é obtido através de greves, atos de sabotagem, manifestações de rua.

Durante esse período se organiza uma rede de informações e o núcleo da administração pública é pressionadoativamente.

No fim dessa fase produzem-se alguns atentados, buscando efeitos espetaculares. Uma imprensa sensacionalista lhes proporciona eco.

Desde então o período pré-revolucionário está concluído.

— A terceira fase que se pode então iniciar é definida pelo inicio da construção de uma sociedade revolucionária ou passagem à ação.

As funções militares e administrativas começam a diferenciar-se. No plano militar aparecem as guerrilhas.

A organização político-administrativa se instala sob uma forma mais ou menos clandestina, de acordo com o grau de controle exercido pelas forças de ordem.

A parte útil da população é conduzida a passar de uma cumplicidade passiva a uma cumplicidade ativa.

Para isso é necessário e suficiente que seja levada, por pressão, a comprometer-se e a admitir-se irremediavelmente comprometida, face às forças da ordem legal.

Essas pressões adquirem muitas vezes a forma de terror, recurso capital da ação subversiva.

A quarta fase compreende a criação das forças semi-regulares ou de rebelião.

Não são mais homens que se batem próximo da sua cidade, mas que se especializam na guerra subversiva e cujo raio de ação aumenta. Os elementos civis também se especializam. Aparecem o coletor de fundos, o juiz, o agente de segurança. Essa fase engloba a constituição de "bases", zonas onde a rebelião está em segurança e sobre as quais se apoia a manobra logística.

No decorrer da quinta fase, o exército revolucionário faz sua aparição. É a fase das operações clássicas.

Esse exército surge em três estágios. Essa última palavra é empregada com a acepção que possui quando se quer indicar, por exemplo as diferentes formas evolutivas de um inseto. De início, existem as tropas locais, guerrilheiros e armamento sumário, que operam em torno de suas cidades, seja para assegurar sua defesa, seja para armazear emboscadas contra as forças locais.

Acima dessa tropa estão as unidades regionais, adequadamente armadas, possuem uma organização que as aproximam das forças regulares, sustentam-nas, protegem-nas, e, se necessário, se sacrificam para salvá-las. São também consideradas como reservas de efetivos instruídos.

No vértice da pirâmide situam-se, enfim, as forças regulares. Estas são objeto de todos os cuidados dos chefes de instrução, são atribuídas ao poder central e constituem elemento de propaganda e de emprêgo final da força. São lançadas a fundo no momento da contra-ofensiva geral, objetivo e remate dessa quinta fase, quando a hierarquia legal estiver de fato sem substância, quando o moral adversário se torrar tão oprimido que não possa opor uma resistência coordenada à marcha da revolução.

É a ofensiva das forças comunistas na China em 1949, embora a guerra tivesse realmente começado desde 1930. A "longa marcha" que tornou célebre Mao-Tse-Tung é a de 1934-1935.

Para que o exército regular seja formado é necessário que os Chefes da subversão controlem completamente um território importante. Eles o procuram em geral, em uma região difícil apoiada na fronteira de um país amigo.

O Vietnam escolheu essa região na alta fronteira com a China, os insurretos⁷ gregos do General Markos instalaram-se na fronteira gregoriana e o FLN, junto à Tunísia."

É natural que as condições locais distorçam esse quadro e até o desfigurem, suprimindo fases ou subdividindo-as indefinidamente. É um exemplo apenas.

É uma alerta.

É um caso a meditar.

Rebatendo tóda essa conceituação expendida até aqui, sobre o nosso Brasil, tentarei como quem toma o pulso de doente, marcar a nossa posição face a esta guerra, estabelecer um diagnóstico e propor uma terapêutica consequente.

É o que faremos, em mais um capítulo de nossas andanças por terreno tão atípico se bem que characteristicamente convulsionado.

TE NTANDO O DIAGNÓSTICO E A TERAPÉUTICA

Os sistemas de idéias não se impõem por sua lógica e excelência. Valem pelo seu conteúdo histórico. A aceitação desse postulado há de nos propiciar a compreensão do avanço da ideologia russa — o Comunismo — instrumento da política soviética para o domínio do mundo.

A conjuntura atual do mundo por si só, é uma circunstancial de segunda importância, face ao destacado valor do amadurecimento do fenômeno social. Os campos férteis das contradições internas podem exacerbar a crise, mas não a criam, nem a conduzem. Se estiverem certas, essas conclusões oferecerão a chave para o combate à guerra revolucionária: acompanhar a história.

A prevalência do social sobre o individual é uma realidade fora do Comunismo. É do século.

O regime democrático, para equacionamento desses dois valores, tem que se aperceber da necessidade de renovação dos seus institutos básicos, criando, também, uma prevalência do social sobre o individual. Cabe à nossa inteligência estabelecer etapas para essa renovação, e inteligência como atributo social, quer dizer: educação.

Verdade é que o Brasil é, por vocação, democrático, sem preconceitos de raça ou religião, sem qualquer predisposição para a violência ou tirania, vivendo no mais puro sentimento de fraternidade cristã e respeito à pessoa humana. Adornando tóda essa infra-estrutura natural democrática fomos agraciados por uma legislação trabalhista avançada, justificando, portanto, todo esse conjunto, a afirmação corrente de que o Brasil é uma das democracias sociais mais avançadas do mundo.

Nosso otimismo sincero e que reputamos justo, não impede de percebermos que o fenômeno do crescimento populacional e de produção do Brasil, não vem sendo tutelado por leis que disciplinem esse complexo sócio-econômico, em plena efervescência. Salta, aos olhos de todos, o descompasso entre a realidade-brasileira e sua estrutura de leis, inspirando a frase chavão: "reforma de base". O apelo reformista se repercute nos setores: econômico, financeiro, social e político, buscando dar ao Brasil a unidade sócio-econômico de que carece e que, presentemente, se acha bipartida pela diferenciação gritante entre o Norte e o Sul do país e desfigurada pela existência de um pauperismo desalentador, cujas origens poderão ser atribuídas à carência de educação, uma vez que não temos o problema do desemprego.

Esta carência de educação desarma o homem do povo e o deixa incapacitado de agir como peça de máquina da nação, porque não lhe ensinaram a fazer nada e o *élan* vital na acepção bergsoniana, ainda indiferenciado, como sói acontecer com as consciências primárias, não o lança à direção alguma, não o convoca para nenhum setor de trabalho, ao contrário do que sucederia se uma vocação inata o perseguisse para trilhar o caminho do aprendizado difícil, todavia eficaz, do auto-didatismo.

As elites cabe mobilizar essas possibilidades, através de uma educação dirigida, para que as massas se tornem fautores do seu próprio bem-estar, sem idéias de benemerência ou de falsa bondade, mas com compreensão estrita de sua posição e dever social.

Na sociedade, os que crescem adquirem o privilégio e ao mesmo tempo a obrigação de orientar o povo, de ser a sombra e o fruto dos que caminham mais à retaguarda. É um imperativo de justiça e, mais ainda, de necessidade social, uma vez que vendo em perspectiva o trabalho coletivo como o trabalho do organismo humano, vê-se repetir o velho apólogo de Menénio Agrippa, ou seja, da dependência mútua de todas as funções sociais de cujo concerto de forças surge o que no organismo se chama: SAÚDE, e na coletividade: BEM-ESTAR e PROGRESSO.

O pior é que o povo tomou conhecimento do fenômeno histórico, por intuição e reclama a prevalência do social sobre o individual com impaciência e sinais de indisciplina.

Os líderes ficam de alguma sorte ultrapassados e não sei se terão a habilidade de acertar o seu passo com o momento histórico sem se degradarem na demagogia.

A fase pré-insurrecional, que definimos, está presente e já há lugar para as soluções secundárias, na esteira daquele instituto básico e fundamental, disciplinando reformas imperativas.

Seriam elas: a técnica de guerra psicológica e o combate às contradições internas, como vigas-mestras, no setor operativo.

A solução da força é o remédio derradeiro para quem não soube prevenir.

A propaganda e a campanha de esclarecimento são fatores de mérito que a democracia deve empregar ao máximo. As suas virtudes devem ser ressaltadas.

Urge levantar uma bandeira para se contrapor à campanha solerte que o comunismo, arrastado pela onda histórica social, faz sobre o espírito das massas. É preciso ainda acreditar que o fenômeno social tem vida própria. Ninguém inventou. Não tem dono.

O descompasso entre a exigência do progresso social e a realidade social, chama-se "subdesenvolvimento". Apesar de não ter conteúdo certo, é o caldo predileto para a agitação. A difusão leva a todos os recantos do mundo as conquistas dos povos. As aspirações dos indivíduos e grupos se orientam pelos melhores padrões que passam a ser modelo, metas a atingir.

A conjuntura social atual propicia o lançamento do povo brasileiro rumo a êsses modelos que concretizam melhores níveis de vida.

O Nordeste — a chamada área-problema — vive padrões distanciados grandemente dos modelos preconizados e inclusive dos próprios padrões vigentes no sul do país.

É um clima propício à fermentação revolucionária. Como a bandeira do comunismo não oferece a esperada sedução à massa, são lançadas as "idéias intermediárias": nacionalismo, reforma agrária, luta contra o imperialismo americano, solidariedade a Cuba, etc.

A luta já começou. Estados pontilhando os itens da 1^a e 2^a fases insurrecionais já citadas.

Temos: a propaganda franca, a arregimentação através das Ligas Camponesas, do Pacto da Unidade Sindical, do Conselho Sindical dos Trabalhadores, do Centro de Cultura Popular e da Aliança Operária-Estudantil-Camponesa, etc. Não quer dizer que essas organizações sejam necessariamente esquerdistas. Mas, elas envolvem as classes — objetivos dos esquerdistas: operários, camponeses e estudantes. A desmoralização do governo — meta insurrecional — é trabalhada através da propalação da impunidade para os agentes de corrupção: de que campeia o negocismo e o comércio da influência. Firma-se o descrédito das classes dirigentes e cria-se o clima de indiferença da maioria do povo, pela sorte do regime.

Para as Forças Armadas criaram o "slogan" de que "Exército não combate Exército" e admitem que a possível divergência de idéias dentro dos grupos armados, os imobilizarão.

As grandes coordenadas estratégicas estão tentadas. Falta um aumento de intensidade que crie o clima para o arrebentamento. E, ainda, líderes à altura da empresa.

Do nosso lado, o problema de liderança também não parece estar bem equacionado. Pelo menos, os líderes são acusados de irrealismo — a mais grave acusação que se lhes possa imputar.

É necessário movimentar a mesma estratégia: propaganda, arregimentação e, de nosso lado, mais o equacionamento econômico. Para o Nordeste temos dois órgãos que estão à altura da tarefa: SUDENE e DNOCS. São, a essa altura, órgãos de Segurança Nacional e deveriam ser supervisionados pelo CSN, ao invés de vinculados a Ministérios, muito sensíveis às flutuações políticas.

A democracia — já dizia Croiset, estudando a democracia grega — tem o vício de sobrepor o interesse dos partidos ao interesse da Pátria.

Se é esse o seu vício, apesar de suas excelentes virtudes, cabe obstar a ação partidária em setores substanciais da Segurança Nacional.

Conclusões :

Diagnóstico — Início da 2^a fase da guerra revolucionária.

Terapêutica — Adaptação dos institutos legais ao momento histórico.

Campanha de esclarecimento e ducação.

Campanha contra o subdesenvolvimento.

ASSALTO AO PARLAMENTO

Como um largo parêntesis neste corpo de estudo da guerra revolucionária, peço que me permitam apresentar um sucedâneo desta guerra para o objetivo comum de tomada do poder — o assalto ao parlamento.

A estratégia soviética, no seu afã incansável de domínio do mundo, admite uma inversão no processo de tomada do poder, que é na guerra revolucionária de baixo para cima, através do domínio do povo, por uma ação de cúpula, de cima para baixo pelo domínio do parlamento.

Quando as platéias, como a nossa, não têm nenhuma predisposição para o comunismo, o jeito é fazer da ambição não amadurecida de políticos improvisados, o degrau para ascensão ao poder.

Foi o processo usado na conquista da Tchecoslováquia e teve lá um resultado fulminante. Pelos passos lá ensaiados, cada um poderá verificar no desenho de nossa política, os traços parecidos.

A Tchecoslováquia tinha, em 1948, um parlamento não comunista. Aproximou-se a eleição e todos os prognósticos dos observadores políticos dentro e fora do país eram por uma diminuição substancial de votos a favor dos comunistas que, em 1946, haviam obtido 38% do eleitorado apenas e, ainda, com uma circunstância favorável de estar o país sob a ocupação militar russa de após-guerra. No governo de coalizão, então existente, só o Ministro do Interior era Comunista. Contudo, durante o biênio 1946/48, foram largamente exercitadas a tenaz da pressão de cúpula e pressão de base.

Principais ações da cúpula, segundo o testemunho de Jan Kosak, deputado comunista tcheco :

- Exclusão de elementos democráticos na gestão dos diversos órgãos políticos.
- Reforma agrária, sob pressão de base.
- Utilização dos órgãos detentores do poder para criar popularidade para as exigências e "slogan" dos revolucionários.
- Isolar a direção burguesa, pela denúncia de sua política, anti-popular (qualquer ato não emanado da decisão comunista).
- Aprovação dos programas apresentados pelo Partido Comunista.
- Apresentação de exigências.
- Pressão de base.
- Apoio aos revolucionários no poder, limitando a influência dos indecisos e dos inimigos.
- Despertar a autoconfiança no povo pela vitória das exigências apresentadas.
- Movimento sindical.
- Envio de delegação ao Parlamento para pressionar.
- Greves gerais.
- Armar a classe trabalhista.

É um esquema vívido pelo qual perpassamos muito ligeiramente, como notícia apenas. Mas, oferece material para a meditação sobre um assunto da real atualidade.

CONCLUSÕES FINAIS

1. A necessidade do mundo comunista de conciliar uma estratégia de paz com uma política agressiva, criou as guerras de exportação, guerras por proeuração tão bem configuradas na guerra revolucionária.
2. O objetivo estratégico é o domínio do povo.
3. A tática se reveste da violência e残酷, próprias das guerras religiosas.
4. A necessidade do domínio do povo dá realce marcante à guerra psicológica.
5. Assim sendo, as idéias — dogmas ou idéias-cartazes — são bandeiras ideológicas para a conquista do povo. Sua excelência e adequabilidade são indiscutíveis.
6. A amoralidade é uma técnica de ação. O único preconceito tolerável, é vencer a qualquer custo.

7. Para o Brasil, esta guerra psicológica é representada, particularmente, pela propaganda estribada em idéias estereótipos, pré-fabricadas.

8. A ação dos elementos responsáveis pela conduta democrática do povo brasileiro, particularmente, a Igreja Católica desencorajou de muito e rebateu de muito o impeto da guerra revolucionária. Assim sendo, sem abandoná-la, parece que se está cogitando de um métodos mais adequado à realidade brasileira e por todos conhecido como "Assalto ao Parlamento".

9. Nada indica que a onda social amadurecida tenha no comunismo uma representação coerente. O fenômeno social hodierno pode ser instrumentado em normas democráticas, com maior espontaneidade social (adequação da idéia ao tempo e ~~povo~~), portanto sem atrito entre o novo e o velho, de que em normas radicais formuladas aprioristicamente em laboratórios de pesquisa social. As conclusões marxistas-leninistas têm um vício comum com a análise algébrica: a interpretação é lógica, mas o conteúdo por vezes se distancia da realidade aceitável. Parece que o fato social foi considerado rigidamente como se releasse história afora, sob impulso de uma energia incontrolável. Os institutos de Lei são uma forma de esvaziamento das forças imanentes no interior do fenômeno e, portanto, uma prevenção contra o eclodir das mesmas. Em suma, são uma ação humana de líderes afinados com a história corrigindo e esbatendo a onda social em curso.

A educação do povo é outro fator de correção. O fenômeno se desfigura quando vibra em novo ambiente social.

Lei e Educação, como fatos, são também história, isto é, são forças lançadas no mesmo torvelinho complexo e inextrincável, determinando novas resultantes.

10. A primeira medida de profundidade para fazer face à crise na atual mudança de valores, é um instrumento legal que interpreta os novos valores e lhes dê uma tradição coerente com o apelo espontâneo social (adequação), fugindo de modelos de importação pré-fabricadas.

O combate ao subdesenvolvimento e a educação trarão o povo ao encontro da lei e propiciarão de um lado uma resposta às suas necessidades urgentes e do outro um entendimento do *quantum* pode exigir do organismo social.

11. O emprêgo da força, quando obrigado pelas circunstâncias, vai significar apenas uma contemporização para que se dê tempo ao processamento das medidas de base preconizadas acima.

ANÁLISE MILITAR DA CAMPANHA INSURRECIONAL LUSO-BRASILEIRA CONTRA O DOMÍNIO HOLAN- DÉS NO SÉCULO XVII

Maj ALUZIO DE UZEDA
Oficial de EM.

1 — INTRODUÇÃO

Reconhecendo o valor da História para o militar, ciente da conceituação moderna da Guerra, aqui nos apresentamos fazendo um ensaio de análise, eminentemente conclusiva, sobre um fato histórico nacional, que é hoje merecedor do maior realce e digno de maior meditação e estudo pelas nossas FF. AA.

A Insurreição Pernambucana, contra o domínio holandês, vivida por nossos ancestrais no século XVII, adquiriu especial importância, hoje, pelo exemplo nacional do desenvolvimento e êxito plenos do "sistema de guerrilhas" adotados nas Guerras Revolucionária e Insurrecional, de ontem, de hoje e tudo indica, de amanhã. Não nos deteremos em descrições históricas, sobre as quais desde os bancos da escola primária se ouve menção, mas abordaremos o tema simples e diretamente sob a forma de "causas e consequências" para que sirva de subsídio para nossos estudiosos e motivo de meditação para todos nós.

1A — AMBIENTAÇÃO

Para bem situarmo-nos no tema, façamos uma ligeira ambientação retrospectiva, sobre o momento e ambiente em que se processaram as invasões holandesas ao NE brasileiro.

Estávamos em começos do século XVII, quando, na Europa, a Holanda acabava de libertar-se do domínio espanhol a custo de duras lutas; vivíamos em plena era do Renascimento e pleno desenvolvimento das cruentas lutas religiosas contra a supremacia da religião católica romana; Portugal com o desastre de Alcácer-Kibir passava para o domínio espanhol; nos mares imperava o corso e a sêde de aventuras e conquistas; da América, a Espanha carreava a fácil e fabulosa riqueza incaica, maia e azteca; Portugal com a mudança de dominio deixava de ser o principal fornecedor de especiarias aos comerciantes holandeses.

O Brasil, com pouco mais de um século de descoberto, politicamente dividido em 14 capitâncias e 2 governos gerais com sedes em São Luiz e Salvador, econômica e progressivamente em franco progresso, com as já acentuadas produções de pau brasil, açúcar, gado vacum, mandioca, milho, etc; vítima ainda de cada vez mais bem organizadas expedições de rapina por partes de ingleses, franceses e holandeses; com o vasto litoral do Amazonas a S. Vicente por guardar, defender e desenvolver; atraído para o interior pela voz da cobiça do ouro fácil que chegava dos castelhanos e pela necessidade da busca de braços cativos para a mão-de-obra, atraído portanto para duas frentes apostas; contando com mui rarefeita população branca e outro tanto deficiente apoio moral e material da sede Lisboa e socialmente já vivendo sobre a égide de um regime patriarcal impôsto pelas circunstâncias do momento e que tantas consequências nos trouxe; era assim portanto uma presa fácil e tentadora para os povos do velho mundo, em busca de aventuras, solução de rivalidades, ampliação de seus domínios terrestres, e busca de novas bases de operações militares ou comerciais.

Esse era em linhas gerais o ambiente social, político e econômico reinante no mundo do início do século XVII quando vivemos a primeira tentativa de conquista de vulto por parte dos holandeses.

Sabemos como foram frustradas todas as tentativas de dominação estrangeira daquele Brasil nascente e com que sacrifícios e bravura, através da descrição histórica já tão nossa conhecida.

Passemos então, a mais elevadamente, embora em resumo, a analisar causas e consequências que serão mais interessantes para nosso objetivo presente.

2 — CAUSAS DAS INVASÕES HOLANDESES

Alinhamos como principais causas das invasões holandesas no Brasil, as seguintes:

2.1 — Regime de aventura, corso e ambição reinante nos mares na época

Desde que descoberto, teve o Brasil a visita freqüente de expedições francesas, inglesas e holandesas.

2.2 — Luta da Holanda contra Espanha de quem acabava de libertar-se após crueltas lutas.

A luta pela liberdade estava praticamente terminada em 1621, mas ficavam ainda vivos a luta religiosa e os ressentimentos.

As invasões e conquista do Brasil ou de parte dele, seria a abertura de uma segunda frente e uma represália aos espanhóis.

2.3 — Subordinação da coroa lusa à espanhola com Felipe II, após o desastre de Alcácer-Kibir em que pereceu o infante D. Henrique sem deixar sucessor direto.

- 2.4 — *Criação da Companhia das Índias Ocidentais* a exemplo da similar Oriental com o fito de realizar comércio, cabotagem e corso nos mares e terras ocidentais.
- 2.5 — *Criação de um entreposto comercial e base de operações* para os flamengos, desejosos de interceptar com suas operações de corso, as frotas espanholas que da América dirigiam-se à Europa carregadas de riquezas extraídas do seu novo domínio.
- 2.6 — *A fácil e compensadora presa que esperava-se fosse o Brasil* face a uma expedição guerreira de vulto.

3 — CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DESENVOLVIDAS

3.1 — Lado holandês

3.1.1 — Superioridade de fôrças e organização

Os flamengos sempre contaram nos combates com superioridade numérica de fôrças e organização militar, em Regimentos e Cias, mais coesas, mais militarizadas, de acordo com o último figurino europeu. Lutavam em formações maciças protegidos pelos piqueiros, e couraças. Formavam-se em três linhas, vanguarda, batalha e retaguarda. A vanguarda e a retaguarda funcionavam no combate como alas do dispositivo.

3.1.2 — Ataques frontais — Defensiva estática

Para os desembarques usavam do ataque naval diversionário enquanto o esforço com a tropa de desembarque desbordava. Foram bem sucedidos. Nas operações terrestres, de um modo geral, viam-se ataques frontais emassados com preponderância da arma de fogo sobre a branca, ataques lentos, exigência de amplo espaço e terreno plano ou livre para a manobra.

3.1.3 — Uso da guerra psicológica, nas fases iniciais dos embates travados.

3.1.4 — Não confraternização com o inimigo. O holandês, excessão feita ao grande Nassau, talvez levado mais por questão da diferença de religião, não procurava fazer amigos entre os luso-brasileiros, sempre os tratando como seres inferiores ou desprezíveis.

3.1.5 — Fluxo de suprimento contínuo. Enquanto puderam manter o domínio do mar ou dos portos, os holandeses sempre contaram com eficaz apoio logístico da metrópole.

3.1.6 — Pouco conhecimento das regiões de operações. Os holandeses numa época em que não existiam cartas, é

óbvio, contando inicialmente com informações de agentes, que desde muito antes das invasões lhes eram fornecidas, sem possibilidades de reconhecimento, obstados pelas terríveis emboscadas dos naturais, partiam para o combate mais ou menos às escuras quanto ao fator terreno. É frisante o sucesso que passaram a obter quando orientados e informados pelo traidor Calabar.

3.1.7 — *Processos e tática de guerra não adequadas ao inimigo.*

O holandês amarrou-se até o fim aos processos e tática de guerra trazidos da Europa, teimando em não adaptar-se aos processos e tática empregados pelos naturais, apesar de reconhecer e sentir a superioridade dos mesmos sobre os seus.

3.1.8 — *Moral baixa.* O holandês, surpreendeu-se com a reação encontrada, com o processo e tática empregados pelo inimigo, agravoravam-se com o largo e hábil uso de arma branca feito pelo inimigo, logo teve sua moral grandemente abalada principalmente quando sabemos que suas expedições eram mais constituídas de comerciantes que soldados e dêste grande parte era constituída de mercenários.

3.1.9 — *Relaxamento do princípio da surpresa.* O holandês inicialmente relaxou e finalmente parece que mal usou dêste princípio de guerra em suas operações. Basta lembrarmo-nos dos célebres combates das Tabocas e as duas batalhas de Guararapes.

3.2 — *Lado Luso-Brasileiro*

3.2.1 — *Inferioridade de fôrças e organização.* Os lusos-brasileiros sempre lutaram com inferioridade numérica e organizacional, daí terem optado pela defensiva, mas uma defensiva agressiva que terminava pelo sítio ao inimigo.

3.2.2 — *Opção pela defensiva e busca do sítio, cérco ou bloqueio.* Como vimos no número anterior era isso uma consequência natural da inferioridade de fôrças, meios e organização.

3.2.3 — *Uso da guerra psicológica.* Também o luso-brasileiro logo que refeito da surpresa do primeiro embate recebido, fez largo uso da guerra psicológica.

3.2.4 — *Falta de unidade do Comando nas fases iniciais das lutas.* Exemplos frisantes são as divergências entre o bispo de Salvador e o Governador Geral.

3.2.5 — *Ausência de problemas logísticos.* Em que pese a já conhecida rusticidade do homem do nordeste, não

resta dúvida que ao habitante da região de operações daquela época, não constituíram problema as deficiências logísticas, ao contrário do que acontecia com o invasor holandês que ficava na inteira dependência do fruto do saque ou apoio de além-mar.

3.2.6 — Largo conhecimento da região das operações. É óbvio.

O luso-brasileiro já perfeitamente adaptado ao meio físico etnologicamente, lutava já em um habitat.

3.2.7 — Processos e tática de guerra adequadas ao meio ambiente, às forças e às organizações existentes. O luso-brasileiro assimilou-se inteiramente ao nativo por força das circunstâncias, para fazer face aos largos espaços diminutas forças, ambiente hostil, fechado de matas e cerrados, cortado apenas por picadas ligando as principais localidades. Mesclado já ao negro e ao índio, falto de recursos vindos da metrópole, o português adaptou-se e aceitou os processos, tática e armamento indígenas, levado pela necessidade e logo teve o prazer de ver satisfeitos seus desígnios com o sucesso que passou a obter. Organizado em Cias de Emboscadas onde a tática empregada era a da guerrilha, eminentemente ofensiva e onde os principais fatores de sucesso eram a surpresa tática, a arma branca e a moral elevada.

3.2.8 — Elevado moral. É um fator que ainda está em discussão se deve ser incluído na relação dos princípios de guerra.

Mas é um fator que nessa campanha foi preponderante para a consecução da vitória e por isso mesmo, para quem percebeu bem a que custo aquela vitória foi conseguida, não pode haver dúvida na sua inclusão entre os consagrados princípios de guerra. Só um elevado moral, traduzindo já um sentimento patriótico e nativista edificantes podia unir aquelas três raças e fazê-las não conformarem-se com o domínio holandês, e lutar contra o mesmo durante 30 anos até sua eliminação total.

3.2.9 — Deficiente apoio do escalão superior. Excetuando o apoio dado com o envio das esquadras de D. Fradique de Toledo e Conde da Tôrre, os precários reforços com Bagnuolo e Rojas y Borrás e a chegada do mestre de Campo Barreto de Menezes; pouco ou nada mais deu ou pôde dar de apoio material a metrópole Lisboa ou Madrid aos heróicos e tenazes defensores da terra brasileira, o que sem dúvida mais realça o feito dos mesmos e mais nacional torna seus esforços.

3.2.10 — Apoio integral das populações locais. Forçoso é reconhecer a importância dêste fator para a causa luso-brasileira.

O apoio integral da população é que permitiu aos "rebelados", a estarem sempre ao par dos movimentos e intenções holandesas, a despreocuparem-se com os problemas de logística, a esconder seus movimentos e intenções, permitindo a surpresa, etc.

Parece que ficou bem patenteado naquela campanha que o "apoio da população" aliado ao fator "moral" são os sustentáculos do sucesso guerrilheiro.

4 — CAUSAS DO SUCESSO LUSO-BRASILEIRO

4.1 — Evolução da defensiva para a ofensiva

Logo que refeitos do ataque combinado que os desalojou de suas bases Salvador e Recife — Olinda, os luso-brasileiros passaram a uma defensiva altamente dinâmica e logo, com seu modo de combater em pequenos grupos separados e de preferência à arma branca, avançando, recuando e armando ciladas, conseguiram a iniciativa aproveitando-se ao máximo da surpresa e do terreno do qual eram profundos conhecedores.

4.2 — Organização e táticas militares adotadas

Para fazer face aos largos espaços, ao terreno hostil, ao tipo de guerra de encontro ainda adotado pelos europeus e à deficiência de meios, o luso-brasileiro, embora organizado em Terços e Cias a semelhança do holandês, usou de uma tática inteiramente diversa dêste, adotando inteiramente os processos de combate do nativo, processos ésses perfeitamente adaptados à situação (terreno e meios) e onde imperava a bravura pessoal, a astúcia, a inteligência e a intuição.

O objetivo dos luso-brasileiros era destruir o inimigo enquanto o dêste era a posse e manutenção do terreno conquistado, (objetivos geográficos). É justo ressaltar, porque abona os méritos dos insurgentes, que foi necessário mais de um século ainda, para que essa idéia de destruição do inimigo viesse a transformar-se, pelos grandes capitães do século seguinte, em dogma da arte militar.

4.3 — Recebimento de reforços do interior e exterior

De S. Vicente ao Amazonas acorreram, quase que em levadas contínuas reforços em homens e suprimento.

Do exterior, embora já citado como deficientes, não podem deixar de ser lembrados como benéficos os reforços enviados, pois que de fato o foram.

4.4 — *Elevado e nunca abalanhado moral*

Já o consideramos como um princípio de guerra. A lembrança dos sacrifícios, espírito de luta e esforços despendidos durante trinta longos anos de mais derrotas que vitórias nos faz sentir orgulhosos de pertencer a esta raça caldeadã em formação.

4.5 — *Supremacia da arma branca sobre o arcabuz*

Primeiro pela surpresa causada ao inimigo e segundo pela eficiência demonstrada naquele terreno irregular e matoso contra um arcabuz de cadêncie de tiro muito lenta e sujeito a muita pane. É o próprio holandês em seus relatórios quem isso reconhece; enquanto preparava um tiro era crivado por meia dúzia de certeiras flexas. O arco e flexa tornaram-se o pavor do holandês que no corpo a corpo a tacape e faca nunca levava vantagens apesar de seu físico desenvolvido mas de movimento lento com sua couraça, fardamento complexo, arcabuz e espada pesada. Contra os piqueiros logo os brasileiros opuseram uns maiores ainda e mais leves.

4.6 — *Apoio da população (já citado)*

4.7 — *Sentimento nacional*

O sentimento de brasiliade já arraigado nos luso-brasileiros de então, fizeram de patriótico o esforço dispendido naquela campanha, quando se viram quase que inteiramente abandonados pela metrópole colonizadora e o que fez com que surgisse em suas mentalidades o primeiro grito de independência da mesma.

Abandonando família, propriedades, conforto e interesses subalternos, nativos e luso-brasileiros de todos os rincões do Amazonas a S. Vicente, ocorreram ao apelo intrínseco que a pátria-nova fazia a seus filhos ou adotantes.

5 — CAUSAS DO INSUCESSO FLAMENGO

5.1 — *Perda da iniciativa passando para a atitude defensiva*

Com a preocupação mais de saque que de consolidação da conquista, coisa que julgavam fácil, os holandeses não

completavam suas conquistas perseguindo ou procurando manter o contato com o inimigo que refluia abandonando suas defesas.

5.2 — Quebra ou longa interrupção do fluxo de suprimento vindo do exterior

O holandês não conseguindo destruir o inimigo que acabou por sitiá-lo por terra, ficou na dependência do domínio dos portos ou seja do recebimento de todos os recursos através do mar.

5.3 — Subordinação de interesses econômicos aos militares

As expedições holandesas como a própria Cia das Índias Ocidentais, eram mais mercantilistas que guerreiras e mesmo depois de instaladas na nova conquista puseram sempre a consolidação da mesma em prioridade secundária. O principal objetivo era o envio de presas de valor, a jatos continuos para a Europa e servir de base de operações para as frotas que buscavam captar comboios espanhóis qua saíam do mar das Antilhas pejados de ouro e prata rumo à península Ibérica.

5.4 — Má administração da terra conquistada

Excetuando os sete anos durante os quais dirigiu a empresa o Príncipe Nassau que preocupou-se com a administração, com a organização do governo, com a assimilação do povo e terra conquistadas, o que correspondeu ao período áureo da dominação, período que deixou frutos que se prolongaram até nossos dias; de u'a maneira geral, conforme determinação da própria Cia das Índias, empresária da conquista, o holandês preocupou-se exclusivamente com o lucro da mercância, o saque e defesa desordenada de terreno conquistado. Não procurou trazer a si o povo nativo, o que talvez lhes tivessem dado melhores resultados, pois eram mais fartos de recursos de toda espécie que a pobre e pequenina, embora altaiva, Portugal.

5.5 — Dispersão de esforços

O holandês buscou sempre e dispersivamente no maior das vêzes, bater o inimigo onde este estivesse fortificado ou organizado, procurava mais os objetivos geográficos que a destruição do inimigo.

5.6 — Inadaptação da tática europeia à indígena

Já foi bastante citado êste fator. É interessante observar que com o auxilio de Calabar os flamengos obtiveram sucessos que sózinhos não teriam talvez obtido mas que nem assim procuraram assimilar à tática indígena que tanto sucesso dava a seus adversários. Perdido Calabar, voltaram aos processos metropolitanos já citados.

5.7 — *Falta de apoio da população civil*

Outros Calabares tivessem surgido e o holandês não teria, talvez, sido batido, surpreendido, perseguido e expulso como foi.

Tivesse a Cia das Índias consentido na política apaziguadora de Nassau e o NE brasileiro, talvez, não fôsse hoje brasileiro.

6 — CONSEQUÊNCIAS DA DOMINAÇÃO HOLANDESA PARA NOSSA ESTRUTURA POLÍTICA, ECONÔMICA E MILITAR

Primeiramente é interessante observar que com a dominação do NE, o Sul do Brasil continuou seu trabalho normal de colonização e devassamento do território; as entradas e bandeiras estavam em pleno desenvolvimento.

Como principais consequências da dominação flamenga para o Brasil, alinhamos as seguintes:

6.1 — Reorganização e reforço das forças regulares com a criação de Regimentos e Terços de milícias alguns dêles mesmo às expensas de homens ricos como o caso de Fernandes Vieira e Henrique Dias.

6.2 — Aquisição de características nacionais de nossas forças militares, com definição de nossas peculiaridades táticas de ação, organização e constituição, em presença de recursos bélicos modernos para a época.

Por influência flamenga, que na época foi vanguarda dos progressos militares, muito progrediram com inovações introduzidas no equipamento, armamento, fortificação e operações navais, as nossas forças militares.

Criação de uma atmosfera de entusiasmo militar e guerreiro chegando o exemplo de Pernambuco a ser aconselhado pelo governo às outras capitâncias.

6.3 — Politicamente tivemos a volta ao governo geral unificado com sua sede ainda em Salvador.

Também obrigamos Portugal a dar mais atenção para a Colônia que depois daquele feito bem poderia acabar querendo livrar-se de u'a metrópole que só ônus causava e sacrifícios pedia ou impunha.

6.4 — Econômicamente tivemos uma consequência negativa para o NE que depois de ter passado por um período de franco progresso estêve como que estacionado durante a dominação flamenga e precisou de novos esforços e tempo para retomar aquêle ritmo anterior.

6.5 — Socialmente é que vemos as principais consequências com o surgimento de um espírito eminentemente nacional, consequência da confiança do povo no seu próprio valor, ha-

vendo até autores que afirmam ser Pernambuco o berço da nacionalidade brasileira.

Surge sub-repticiamente o ideal separatista ou de independência e melhor do que em qualquer outra ocasião ou outro motivo, afirma-se a união e entrelaçamento das três raças nossas formadoras.

7 — CONCLUSÃO

A dominação holandesa de nosso NE significaria, não só a ruptura de nossa continuidade territorial mas também da homogeneidade de formação do povo brasileiro, cuja unidade política já estava ameaçada com a criação de dois Estados, o do Brasil e do Maranhão, apesar da convergência de ambos em Lisboa. Ficaria enxertado entre os Estados, um terceiro, a Nova Holanda, uma cultura, língua, e raça diferentes com tendências naturais à expansão, obediente às impulsões próprias da civilização da época.

Felizmente a política internacional holandesa, não visando a interesses maiores que os mercantis, não soube compreender e menos aproveitar a ação do eminente estadista e político que foi Nassau que vinha criando efetivamente uma Nova Holanda.

Para nosso benefício, ainda, a própria Holanda voltou-se contra Nassau, dando continuidade às espontâneas tendências à reação contra os intrusos surgidas e sempre acentuadas entre os luso-brasileiros. Mas não podemos deixar de considerar também como um fruto das boas sementes aqui plantadas pelos lusos, essa memorável passagem de nossa história.

A epopéia da expulsão dos holandeses foi fato decisivo no processo de nossa formação nacional no quadro da civilização lusitana, mas já então, revelando características anímicas próprias, como bem discerniu Capistrano de Abreu. Características que assinalam um vigor não desprezível, vigor que foi a força militar afinal outrora preponderante e que poderá ainda no presente e futuro desempenhar eminente papel tal seja a capacidade de nossas elites em saber aproveitá-lo.

Considerando-se o valor da história para o militar, associado ao papel que na idade atual corresponde o NE no quadro nacional por sua situação estratégica face ao mundo oriental, tendo ao longe da costa mas suficientemente perto, o pôsto avançado de Fernando de Noronha, está predestinado a exercer importante função militar.

Lembremo-nos ainda que é em Pernambuco que o N se liga ao Sul ainda hoje e que quando se consolidar perfeitamente a mudança da Capital para o planalto Central, Pernambuco exercerá a função de pôsto avançado ou flanco guarda. Como ensinamentos ainda queremos ressaltar o valor da moral, da surpresa e a procura da batalha decisiva da qual de certo modo fomos os precursores assim como provavelmente estariamos sendo da guerra moderna, ao adotarmos o sistema de guerrilhas hoje preconizado para os grandes espaços, para a guerra atômica, para a guerra insurrecional.

Não será essa a tática que nos convém ainda hoje?

COMENTÁRIOS SÔBRE "A NOSSA TÁTICA"

Maj Antônio V. dos Santos Rocha,
Oficial de EM

Na oportunidade em que se debate nesta revista o problema da modernização e reorganização do nosso Exército, não poderíamos deixar passar sem uma referência interessante trabalho que nos caiu nas mãos. Trata-se do livro "A NOSSA TÁTICA", de autoria do 1º Tenente de Infantaria Ildefonso Escobar, Professor da Escola Militar, Instrutor do Tiro de Guerra n. 7 e antigo Instrutor das Escolas de Guerra e dos Cursos de Aplicação de Infantaria e de Cavalaria. Com isto visamos tão-somente a uma contribuição histórica para os estudos que ora se processam, homenageando ao autor e à obra. Do primeiro nada sabemos, senão que, a julgar por sua publicação, foi oficial vibrante e estudioso. Da segunda, podemos dizer que é bem escrita, metódica, inteligente e curiosa em muitos aspectos.

O livro é uma brochura de 123 páginas, impressa nas Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil e traz a data de 1918. Essa data nos sugere o fim da 1ª Grande Guerra e, em consequência, a fase de ebulação que a inteligência militar da época atravessava, em busca de novas idéias e de novos rumos.

No Prefácio, assim se expressa o autor:

"Nossos regulamentos são traduzidos do Exército alemão, que embora inimigo, a bem da verdade e da justiça, não devemos negar — tinha, antes da guerra, sólida organização e admirável instrução — mas, o Exército alemão é constituído de alemães.

Para assegurar eficientemente a defesa nacional, o Brasil necessita de uma tática nacional".

O conteúdo da obra vem dividido em capítulos, nos quais o autor aborda os seguintes problemas: "A nossa Tática", "O temperamento nacional", "Estrutura física do brasileiro", "O clima nacional", "Topografia Nacional", Situação Geográfica do Brasil", "Vias de comunicações", "Armamento", "Equipamento", "O esforço do soldado brasileiro", "Tiro", "Ginástica", "Esgrima", "Artilharia portátil" (neste capítulo o autor versa sobre os diversos empregos das granadas de mão), "A tática", "Passo", "A tática das massas", "A tática americana", "?", "Que devemos fazer?".

No primeiro capítulo, o Ten Escobar esclarece o seu conceito de "nossa Tática", quando a vincula à defesa das nossas fronteiras e ao teatro sul-americano. Evidentemente êsse conceito é demasiado restrito e hoje bastante discutível, em face dos compromissos internacionais do Brasil.

Mais adiante o autor define as características do temperamento brasileiro tal como as conhecemos, (bravura, instabilidade, inconstância, desorganização, espírito crítico, ausência de seriedade, individualismo), julgando, como também julgamos, que elas não podem ser desprezadas em qualquer estudo que se faça sobre doutrina e reorganização.

No capítulo "Estrutura física do brasileiro", apôs estudos comparativos entre índices de robustez das mais diversas raças, conclui o Ten Escobar que "conservar o armamento pesado, o equipamento insuporável e o capote de chumbo para o convalescente brasileiro, é rematada loucura, é a derrota, é a desonra!"

No item "Armamento", observa o autor que "nossa costa é extensíssima e está indefesa; o sistema de fortes couraçados, além de ser dispendiosos, oferece a desvantagem tática de estarem êsses fortes sujeitos à concentração dos fogos de uma esquadra inimiga". Advogava o Ten Escobar o emprêgo, à semelhança do que já faziam outros países, das "baterias mascaradas", que supomos terem algo de semelhante com os nossos G A Cos M. Cremos que de 1918 para cá, o problema ainda não foi solucionado. E a urgência da solução avulta com o advento dos mísseis e dos meios de destruição em massa.

Na parte do "Esfôrço do Soldado Brasileiro", o Ten Escobar toma os pesos do armamento e do equipamento, mas a velocidade de deslocamento do soldado, e introduz êsses dados numa fórmula em que pretende deduzir o trabalho despendido: $T = \frac{1}{2} MV^2$. E apôs mais alguns cálculos e equações deduz que é falta de senso e crime de lesa-pátria continuar a exigir do nosso soldado uma carga superior à energia animal do mesmo".

No item "Tiro", um dos mais extensos do livro, o autor lamenta a decadência da instrução de tiro, e prega a volta às Sociedades Esportivas de Tiro ao Alvo. De modo que pudéssemos responder a outrem como o presidente da Suíça ao imperador Guilherme da Alemanha, quando êste ameaçou-lhe enviar um exército de dois milhões e meio de soldados: "Que fareis?" teria dito o imperador. "Neste caso, respondeu o presidente, ordenarei que cada soldado do exército Suíço (500.000 h), gaste 5 cartuchos".

Nos capítulos "Ginástica e Esgrima", o Ten Escobar acha que assim como os alemães os franceses e os italianos têm sua esgrima, os ingleses e os americanos o box e os japonêses o jiu-jitsu, nós possuímos a capoeiragem, a qual, metodizada e adaptada à baioneta, poderia ser crismada com outro nome mais simpático.

No que se refere ao "Passo", o autor, mui infantemente estabelece relações entre "talhe" e comprimento do passo para os diversos tipos de soldados, alemães, inglêses, franceses e brasileiros, para depois concluir que a diferença entre a "grandeza oficial" (do passo) e a "grandeza real" poderia acarretar erros e equívocos no que tange ao planejamento das marchas.

Em "A tática das massas", é feita uma análise interessante da tática empregada pelos alemães na guerra, e que o autor denomina "tática das massas de assalto".

No capítulo "A tática americana", o Ten Escobar diz que "a América entrou na guerra e assombrou o mundo... porque naquele país não se falava em von Rohne nem em von Greinperkel..."

No que se refere ao "Que devemos fazer?", a parte conclusiva do livro, assim responde o Ten Escobar:

- 1º — Organizar regulamentos nacionais;
- 2º — Organizar uma tática nacional;
- 3º — Tornar obrigatória a educação cívica e militar, (ou moral ?), da criança;
- 4º — Difundir suave e liberalmente a instrução de tiro à mocidade;
- 5º — Dar ao nosso soldado armamento e equipamento compatíveis com sua estrutura física;
- 6º — Metodizar a capoeiragem, adaptando-a à esgrima e à ginástica;
- 7º — Resolver o problema da artilharia pesada de campanha;
- 8º — Organizar as instruções e serviços de aviação;
- 9º — Resolver o problema da defesa das costas e fronteiras com o emprêgo de baterias mascaradas;
- 10º — Banir os métodos e regulamentos alemães como nocivos e perniciosos, a fim de salvar o nosso Exército de um desastre futuro.

Em continuação, o autor estuda cada um dos problemas acima enunciados e aponta a solução para cada um dêles. Para o primeiro problema, por exemplo, indica a seguinte providência:

"Para organizar regulamentos adequados ao nosso meio, já possuímos vasto cabedal — os regulamentos existentes, pendentes apenas de uma racional adaptação compatível com a nossa raça e o nosso meio. Para esse fim nomearíamos uma grande comissão de oficiais conhecedores

de nosso Exército e de nosso país. Só poderiam fazer parte dessa comissão oficiais que tivessem estado arregimentados por espaço de tempo nunca inferior a dois anos, como instrutores ou comandantes de tropa. Constituiriam essa comissão oficiais com estágio nos diferentes exércitos do mundo e também oficiais que nunca tivessem saído do país. A posição desses oficiais seria colocada uma unidade de cada arma, para verificação experimental. Assim organizaríamos regulamentos de acordo com o nosso caráter e as nossas necessidades, aproveitando tudo o que é bom e útil dos povos mais adiantados do que nós. Em quatro anos de trabalho resolveríamos este problema".

O autor, entretanto, conclui o seu trabalho sem fazer qualquer referência a tipo ou tipos de organização de unidades, tema deveras importante que, devidamente abordado, daria maior atualidade ao livro.

Eis em rápidos traços algumas das idéias que, em 1918, sugeria o Ten Ildefonso Escobar para a elaboração da "A nossa Tática". Os tempos mudaram. Algo não mudou entretanto: aquêle mesmo anseio de mudança, de reforma e de reorganização com que emergimos de outra guerra. Muita coisa se tem dito e escrito a respeito. Alguns dos conceitos do Ten Escobar, evidentemente estão ultrapassados pelo tempo e cabem nestes comentários mais como uma referência histórica ou curiosidade. Outros permanecem de pé, pedindo solução. Não em quatro anos como pretendia aquêle brioso infante, mas em curto prazo — sob o risco de vermos comprometido o bom êxito da MISSÃO.

A REVOLTA CURDA NO IRAQUE E SUA REPERCUSSÃO NA TURQUIA

Dr. PAULO VALLADARES

Primeiro-Secretário da Embaixada do Brasil
na Turquia.

Palestra proferida no Instituto dos Advogados
Brasileiros em 2 de agosto de 1962.

Antes de entrar no assunto específico da presente palestra desejarmos relembrar aos ilustres colegas a atual posição da Turquia no quadro do Oriente Médio no que se refere a sua política externa. De acordo com o programa de Governo lido perante a Grande Assembléia Nacional ainda há poucos dias, ou seja no dia 4 de julho último, pelo Primeiro-Ministro Ismet Inonü, a Turquia continuará dando o seu apoio às Nações Unidas e à OTAN, manterá todos os seus compromissos internacionais e ao mesmo tempo procurará entreter relações amistosas com a maioria dos países do globo.

Signatária do chamado pacto de Bagdá, e, como país sede da Organização do Tratado Central (CENTO) que o substituiu, tem pôsto tôda sua diligência em prestigiar esse organismo internacional.

Na região, seu escopo é melhorar as suas relações com os países vizinhos, ampliando-as com os do Oriente Médio, sem, entretanto, imiscuir-se nas questões árabes, por considerar-se país eminentemente europeu.

Aproxima-se cada vez mais do Ocidente, de quem recebe auxílios substanciais e ajudas de caráter econômico. Nesse terreno, destaca-se em primeiro plano os Estados Unidos da América que possui em Ancara uma Missão Permanente de Desenvolvimento Econômico mantendo um pessoal civil e militar que só na capital vai a cerca de 8.000 pessoas. Para citarmos apenas os mais importantes, afora os Estados Unidos da América, relembraremos ainda a França e a Alemanha Ocidental com os quais encontra-se ligada por acordos e outros instrumentos bilaterais para o desenvolvimento de seu comércio.

Embora possua com a Rússia Soviética e demais países da chamada Cortina de Ferro acordos da mesma natureza, nota-se, na prática, uma certa "cerimônia" que detém o Governo, inibindo-o de maiores expansões. O Partido Comunista encontra-se fora da lei, mas existe uma grande infiltração da doutrina, principalmente entre os intelectuais.

Feitas essas rápidas considerações introdutórias, entremos na matéria principal, ou seja, a revolta curda no Iraque e sua repercussão na Turquia, assunto a que nos propusemos expor a esta veneranda Casa.

O chamado Curdistão encontra-se situado entre a Turquia, o Irã, a Síria, o Iraque e a Rússia, abrangendo parte desses países. Tem dado

problemas à maioria das Nações que o constituem, embora sua grande parte prefira ignorá-lo. Os curdos denominam-se na Turquia "turcos das montanhas".

A economia da região é precária e primitiva. A agricultura é a sua principal atividade.

Militarmente falando, não representam em si grande perigo por se acharem mal equipados, mas na luta, muitas vezes dão um grande trabalho, porque encontram-se adestrados no sistema de guerrilhas e se localizam em posições situadas nas montanhas, o que dificulta sobremaneira o envio de forças regulares para combatê-los de forma eficiente.

No Irã, durante algum tempo, constituiram-se em República independente, em luta contra o Poder Central, que, após dois anos de combate sem tréguas, conseguiu debelá-los. Os chefes foram enfocados sumariamente e os remanescentes destroçados, mas a sua persistência é enorme de modo a permitir vez por outra escaramuças sem maiores consequências.

A Turquia, no início de seu regime republicano, premida pela exploração de certos líderes políticos opositos a Atatürk, viu-se a braços com uma séria revolta das tribos curdas situadas em seu território. Perdurou a luta entre os anos de 1926 e 1928. As forças regulares, enraivecidas com as atrocidades praticadas pelos curdos no início da campanha, reagiram de forma violenta, tentando exterminar os curdos, o que não conseguiram, pois, estes, refugiaram-se nas montanhas, adotaram o sistema das guerrilhas e esconderam-se nos mais recônditos sítios.

As lutas dos curdos iniciam-se sempre com uma série de reivindicações políticas, econômicas e culturais. No terreno político, desejam ser reconhecidos como minorias, atribuindo-se a si vários privilégios como autonomia política, ajuda econômica e direitos de natureza cultural, como por exemplo ensino nos três graus em língua curda, propagação de seus costumes pelo rádio e pela televisão, estabelecimento de bibliotecas, cinemas e divulgação de seu folclore. Já foi mesmo propugnada a fundação de uma Universidade Curda.

A Turquia jamais os reconheceu como minoria, nem lhes concedeu nenhum dos direitos que periodicamente julgam possuir. Não mais se etreveram a exigir pela força tais reivindicações, amedrontados com a violência da repressão à revolta de 1926, temendo, portanto, novas retaliações. Se as diversas tribos não se combatessem periodicamente entre si, o que evidentemente as enfraquece, o problema talvez viesse a se revestir da maior gravidade.

O líder dos curdos iraquenses, Barzani, teve ligações muito estreitas com os revolucionários iranianos de 1947 e refugiou-se por algum tempo na efêmera república que à época ali se instituiu. Quando a situação militar começou a se deteriorar fugiu para a Rússia onde recebeu endoctrinação e treinamento comunista.

No Iraque, durante a monarquia, os curdos estiveram sempre fora da lei, mas com a vitória da Revolução de Kassem, em 1958, este, com intuições evidentemente de propaganda para o seu regime e com o escopo de adquirir um maior número de adeptos, permitiu a volta de Barzani,

dando aos curdos certos privilégios, e até mesmo o pôsto de Ministro da Cultura Curda, função essa com voto no Gabinete. Durante um certo período de tempo foi permitido o ensino da língua curda nas escolas primárias no mesmo pé de igualdade do árabe, em determinadas regiões foram abertos Liceus, uma estação de rádio passou a funcionar regularmente em curdo, assim como jornais e revistas passaram a ser publicados.

Mas o que Barzani queria não era apenas isso. Desejava do Governo autonomia política e ajuda econômica para os agricultores curdos. Iniciou assim, pelo jornal que fundou, uma campanha das reivindicações de seus líderes. Kassem, entretanto, que não estava disposto a fazer nenhuma concessão no terreno político, negou-se a tal, dando ensejo a um levante revolucionário no norte do Iraque.

Barzani desapareceu de Bagdá e poucos dias depois surgiu novamente, na qualidade de líder do movimento. A revolta iniciou-se em julho do ano passado. Os pontos de maior interesse, militarmente falando, são as regiões que medeiam as cidades de Mossul, Suleymanié e El Quab, as quais constituem os vértices de um triângulo onde a luta vem se desenvolvendo, até hoje, de forma a mais feroz. Caracteriza-se ela pelas guerrilhas. Aproveitando o terreno montanhoso, as tribos curdas avantajam-se aos regulares, como já tivemos ensejo de mencionar. Organizados em emboscadas em terreno que para elas não possui segredos, os curdos vêm mantendo uma resistência considerável.

Mesmo que quisesse o Governo do Iraque não poderia oferecer auxílio econômico aos curdos dada a sua situação que é verdadeiramente insustentável. Certos regimentos governamentais, pelas suas condições éticas recusam-se a lutar contra os curdos o que ocasiona sérias dificuldades.

Há um incentivo velado de parte da Rússia Soviética, que tem interesse em explorar a situação, para manter um clima agitado não só no Iraque como em todo o Oriente Médio. Kassem, porém, finge ignorar o fato e acusa a Inglaterra de proteger as arremetidas dos curdos, ao proporcionar-lhes auxílio indireto.

O problema no momento é considerado insolúvel e se agrava pelo auxílio que as tribos curdas da Turquia proporcionam às iraquenses, permitindo-as cruzar a fronteira, com o evidente propósito de conceder-lhes asilo, quando premidos pelos governamentais.

O Governo turco envia suas forças regulares que rechaçam os curdos iraquenses, os quais são obrigados a retornar às primitivas posições. Mas a cumplicidade dos curdos turcos dá ensejo a novas entradas com as consequentes saídas. Patrulhas de aviões turcos têm também sido avistadas na região.

Podemos concluir nossa palestra afirmando que se a Rússia continuar a incentivar as tribos curdas do Iraque a lutar contra o Poder Central o problema poderá agravar-se ocasionando no Oriente Médio o rastilho de uma crise cujas consequências não nos aventuramos a prever.

INTERESSA A TODOS OS MILITARES,
PARTICULARMENTE AOS OFICIAIS
DE ESTADO-MAIOR

“INFORMAÇÕES MILITARES”

Gen Idalio Sardenberg

A VENDA NA REDAÇÃO
DESTA REVISTA.

PREÇO : Cr\$ 150,00

OTASE

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DA ÁSIA DO SUDESTE

Tradução e adaptação do Ten-Cel OCTAVIO AGUIAR DE MEDEIROS,
Oficial de EM.

I — PAÍSES MEMBROS

França, Inglaterra, Estados Unidos da América, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Paquistão e Tailândia.

II — FINALIDADES DO TRATADO

As finalidades da Organização estão consubstanciadas nos três pontos seguintes:

1. Ação contra a subversão comunista (Finalidade principal);
2. Formação de uma aliança militar contra a agressão comunista no SE Asiático;
3. Promoção do desenvolvimento econômico e da elevação dos padrões de vida nas nações asiáticas subdesenvolvidas de forma a anular as condições que facilitam a disseminação da ideologia comunista.

III — O TRATADO

O documento fundamental que rege a Organização em causa foi assinado em Manila, no dia 8 de setembro de 1954 (razão por que é denominado "Pacto de Manila"), e entrou em execução em 19 de fevereiro de 1955. Compreende três documentos básicos, que são:

- O Tratado de Defesa Coletiva para a Ásia de SE;
- O Protocolo Anexo ao Tratado, que diz respeito ao Cambódia, ao Laos e ao Vietnam Meridional, Estados a que se aplicarão as disposições constantes dos arts. III e IV do Tratado de Defesa Coletiva;
- A Carta do Pacífico que contém, apenas, uma declaração de princípios por parte das nações participes.

De acordo com os termos do Tratado, cada uma das partes reconhece que a agressão armada, na área coberta pelo Tratado (Pacífico SW, ao sul dos 21° 30'N), contra qualquer uma das nações-membros ou

contra qualquer Estado ou território designado segundo as disposições do art. III, porá em risco a sua paz e segurança, e concorda em agir para enfrentar o perigo comum, "dentro de seus princípios constitucionais". As Partes se comprometem, também, a estabelecer as medidas necessárias à defesa comum, na eventualidade de uma ameaça (que não o ataque armado) à soberania ou independência de qualquer dos países membro, ou do Estado ou Território designado a cooperar para desenvolver as suas capacidades de resistir a um ataque armado e a ações subversivas, e a desenvolver medidas econômicas destinadas a aumentar o bem-estar social.

O tratado deverá vigorar indefinidamente e se qualquer das partes desejar retirar-se, poderá fazê-lo um ano após haver notificado às demais dessa sua intenção.

Em apêndice ao Tratado há uma interpretação dos EUA, segundo a qual a agressão de que trata o art. 4 (1) refere-se, tão somente, à agressão comunista. Não obstante, na eventualidade de uma agressão de outra natureza, poderá haver uma consulta, calcada nas disposições do mesmo art. 4 (1).

IV — CONSIDERAÇÕES GERAIS

Pode-se dizer que o Tratado do SE Asiático nasceu sob o impacto da desastrosa Guerra da Indochina, onde a inabilidade em conseguir-se a formação de uma frente comum contra os comunistas do Vietminh redundou no fracasso para as armas francesas, na secessão do Vietnam e no abandono do SE da Ásia por parte da França.

A idéia da Aliança partiu do então Secretário da Defesa dos EUA, John Foster Dulles, e visava à participação de todos os países fracos e instáveis daquela parte do mundo, a fim de criar uma forte união contra a ameaça comunista.

A congregação de todos êsses países, entretanto, não foi possível, uma vez que a Índia, Burma e o Ceilão preferiram persistir na sua política neutralista, por êles julgada mais vantajosas, e o Laos, o Camboá e o Vietnam do Sul, por força do Acôrdo de Genebra, de 1954, foram impedidos de participar de quaisquer alianças de caráter militar.

Ficou o Pacto, assim, reduzido a 8 nações, das quais apenas 3 podem, efetivamente, ser tratadas como asiáticas.

A importância da Organização é óbvia e os resultados que dela poderão advir interessam não só às nações que dela participam, mas a todo o mundo livre. No que toca a essas nações integrantes há, sem dúvida, um interesse comum que prevalece sobre todos os demais. Mas, a par deste interesse comum, temos que reconhecer a existência de outros, peculiares a cada um dos países-membros.

Para as grandes potências que a integram, basta que meditemos sobre o que significaria o controle, pelos vermelhos, do Oceano Índico

e, ainda pior, de tôdas as novas nações que compõem, hoje, o saliente sul-oriental da Ásia. O perigo dessa expansão cresce dia a dia com os sucessos que os comunistas vão ali obtendo, embora lentamente, havendo já quem considere perdidos para o mundo livre o Laos, o Cambódia e, o que é mais grave, a imensa — e estratégicamente bem situada Indonésia.

A Inglaterra, não obstante haver libertado grande parte de seus domínios naquele canto do mundo, e esteja tratando da libertação de outras possessões que ali ainda mantém, através da integração desses territórios na Federação de Malaia (Malaia, Singapura, Sarawak, Borneo Setentrional e Brunei) a ser criada em 1963, possui ainda interesses importantes em tôdas as nações que constituíram o seu vasto império na Ásia e nos territórios remanescentes, principalmente em Singapura e Hong Kong.

De parte da França, muito embora tenha ela perdido tôdas as possessões asiáticas, comprehende-se a necessidade que tem em manter na Ásia a sua presença, necessidade que decorre não só da sua condição de grande potência, como das responsabilidades que tem perante o mundo ocidental.

Para os EUA, a Organização representa mais uma forma de apoio à ação anticomunista em quê se acham empenhadas em tôdas as partes do mundo, não só através da ajuda militar, mas, principalmente, pela econômica. A luta contra a expansão comunista naquela área significa para os EUA a preservação da sua presença militar ali. Eles têm necessidade de manter o controle de todo o extenso cordão de ilhas que se situa a E e SE da Ásia, formando como que uma couraça protetora, e que constitui, em última análise, a cobertura longínqua do seu flanco. Esse cordão protetor é hoje constituído pelo Japão, Okinawa, Formosa, Filipinas e Austrália e Nova Zelândia, já que a Indonésia se orienta, cada vez mais, para o bloco vermelho.

Este controle é considerado naturalmente, sob o ponto de vista de se conseguir manter aquêles países fortemente vinculados ao Ocidente e econômicamente fortes para enfrentar a expansão do comunismo, de modo a possibilitar aos EUA a manutenção de bases militares que permitam a intervenção imediata de suas forças navais, aéreas e desembarques, onde se tornar necessário.

As Filipinas, estão ligadas por laços muito estreitos, econômicos, culturais e mesmo sentimentais, aos EUA. O país tem uma grande necessidade de paz e segurança para completar o seu desenvolvimento econômico.

O arquipélago filipino, pela sua posição geográfica, será sempre a primeira etapa num avanço asiático para o sul, e constitui, em combinação com Formosa e com o Japão, a peça mestra da estratégia do Pacífico.

O comunismo, como partido, tem pouca expressão nas Filipinas, mas a sua expansão em toda a Ásia é preocupação constante para o Governo do país. Outros motivos de inquietação são os freqüentes apelos lançados por Nasser à grande população muçulmana (2.000.000 de almas), que habita o sul do arquipélago, para que preste obediência espiritual ao Cairo, e a atual política interna e exterior do Presidente Sukarno, da Indonésia, que já o levou a apossear-se da Nova Guiné e a uma vinculação muito forte com a China Vermelha e com a Rússia.

Em última análise, as Filipinas precisam enormemente do apoio e da segurança que lhes conferem os EUA, tanto quanto estes necessitam das bases militares que lá mantêm, como vanguarda na sua frente do Pacífico.

A Tailândia, juntamente com Burma, sua vizinha, talvez seja o país sujeito a maior pressão externa do comunismo, no SE da Ásia. Fica muito próxima do Vietnam, onde a luta pela prevalência do comunismo, no sul, se desenvolve árdicamente, e da própria China Popular. Está cercada pelo Laos, em cujo neutralismo pouco acredita, e pelo Cambódia, cujo governo vem, repetidamente, criando incidentes imaginários de fronteiras, como pretexto para justificar uma aproximação cada vez maior com os comunistas. Além disso, existe na Tailândia um grande número de chineses, e uma população de laocianos que se acredita ser maior que a do próprio Laos. Existem, pois, razões muito fortes de preocupação para os governantes tailandeses, que desejam manter o país fora da área de influência comunista.

O Paquistão sofre, também, pressões que justificam, plenamente, o seu interesse em participar da OTASE. Dentre as pressões de ordem exterior podemos alinhar as questões que mantém com a Índia, sobre a província de Cachemira e a repartição das águas do rio Indus, bem como a invasão periódica de seu território por parte de tribos nômades, quase selvagens, oriundos do Afeganistão. Além disso, a proximidade de suas fronteiras em relação aos territórios russo e chinês, constitui uma preocupação constante.

Todos esses problemas obrigam o Paquistão a gastos militares excessivos, que chegam a consumir mais de 60% do seu orçamento anual.

O Paquistão apresenta a originalidade de ter o seu território dividido — Paquistão Oriental e Paquistão Ocidental — separadas, as duas partes, pela imensa largura do território indiano. O Paquistão Oriental é superpovoado e apresenta um deficit de produtos alimentícios enorme. O seu isolamento e a proximidade em relação à China Comunista são fatores de inquietação permanente para os governantes paquistaneses.

Quanto à Austrália e à Nova Zelândia, temos que levar em conta os laços que as ligam ao Ocidente e o desejo de se prevenirem contra o avanço comunista.

V — O INSTRUMENTO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO

O órgão destinado a examinar as questões relativas à aplicação é o Conselho da OTASE.

Este Conselho tem em sua competência todos os assuntos que interessam à Organização, inclusive os de caráter militar, e está organizado de forma a poder reunir-se tão logo se torne necessário. Compõe-se dos Ministros das Relações Exteriores de todos os países-membros, e obriga-se a realizar, pelo menos, uma reunião anual, em local (Capital de uma das Nações do Pacto) e datas fixadas com antecedência.

Cada um desses Ministros é assistido pelo embaixador de seu país em Bangkok e por um Oficial-General que exerce as funções de Conselheiro Militar.

Os embaixadores dos países-membros, em Bangkok, reúnem-se e deliberam em conjunto, sobre assuntos de natureza civil. Sua competência vai até onde começam as prerrogativas governamentais das diferentes nações integrantes do Pacto. Essa "Comissão" de embaixadores é dirigida por um Secretário-Geral, cargo que vem sendo ocupado, desde que a Organização entrou em funcionamento, pelo eminentíssimo estadista tailandês Nai Pote Sarasin.

Os Conselheiros Militares são Oficiais-Generais da mais alta categoria, tendo sido estabelecido que pertenceriam, pelo menos, ao nível de Chefe de Estado-Maior Geral.

Os Conselheiros Militares não permanecem reunidos em Bangkok, mas normalmente, nas Capitais dos países a que pertencem, sendo que o norte-americano tem a sua sede em Honolulu. Mas em Bangkok funciona um Bureau Permanente de Estudos Militares (BPEM), espécie de estado-maior, onde trabalham cerca de 30 oficiais, com representações iguais dos vários países, o qual prepara as reuniões dos Conselheiros Militares e encaminha a execução das suas decisões.

Os Conselheiros Militares reúnem-se, normalmente, duas vezes por ano, uma a sós e outra com o Conselho da OTASE. O BPEM faz o dobramento das ligações diretas e assegura a continuidade dos trabalhos.

A OTASE não dispõe de fôrças militares próprias. Em caso de emergência que justifique o emprego de fôrça, contará com os recursos militares de todos os países que a integram, reunidos sob um Comando da Organização.

Desde o seu nascimento, a OTASE só teve oportunidade de intervir militarmente uma vez, mas sua atuação foi quase inexpressiva. Esta intervenção deu-se por ocasião da crise que terminou com a formação do Governo de Coalizão do Laos, quando as fôrças comunistas e chinesas ameaçaram atravessar o rio Mekong e invadir a Tailândia.

Nessa ocasião, os EUA enviaram à Tailândia dois regimentos de Fz (5.000 homens) e aviões de combate. As demais nações enviaram con-

tingentes quase que simbólicos, cuja finalidade foi, apenas, configurar uma ação coletiva, retirando assim do bloco comunista a possibilidade de abrir as suas baterias de propaganda contra o intervencionismo norte-americano. A Inglaterra enviou 8 aviões de combate, normalmente estacionados na Base Aérea de Tengah (Singapura); a Nova Zelândia representou-se por 3 aviões do 2º Esqd de Trnp de sua F Aé, que transportaram para a Tailândia 50 pára-quedistas neo-zelandeses, e a Austrália enviou 8 aviões de caça a jato. Os demais países-membros da OTASE não se fizeram representar. Mas as forças dos países participes já tiveram oportunidade de realizar algumas manobras conjuntas, dentre as quais podemos apontar o exercício naval "Sea Lion", realizado em maio de 1960, em águas tailandesas, o exercício aéreo "Air Bull", em março de 1961, e a "Operação Tulugan", que, em março de 1962, reuniu unidades navais e aéreas dos EUA, Austrália e Filipinas e um razoável contingente de tropas de desembarque da 3ª Divisão de Fzo norte-americana (Okinaw e do Exército filipino).

DIA DA BANDEIRA NO LIONS CLUBE DE SÃO PAULO

Gen A. DE LYRA TAVARES

Constitui para mim uma desvanecedora distinção e um motivo de grande felicidade este novo encontro convosco, sobretudo pelo alto sentido cívico que o inspira e pelo ensejo, que ele me proporciona, de participar, mais uma vez, da vossa grata convivência.

Bem sei, por observação própria, que a Bandeira Nacional, sempre presente às vossas reuniões, é objeto da saudação e do culto habituais do Lions Clube do Ipiranga, cujas atividades têm a benemerência de cultivar este ambiente de comunidade e de fraternidade em que mais profundamente se alicerça e se fortalece o espírito de pátria.

Foi principalmente por isso que não relutei em aceitar o vosso amável convite. E estou, agora, aqui, ao mesmo tempo honrado e agradecido, quando nos reunimos para comemorar, juntos, a data de 19 de novembro, consagrada, especialmente, à Festa da Bandeira.

Essa Bandeira, que é o símbolo da Pátria, abrange, na sua expressão heráldica, as fases tôdas da história do Brasil, ostentando, tal como era visto no dia da Proclamação da República, dentro do globo azul, que lembra a esfera armilar dos tempos do Império, as mesmas cinco estréllas do Cruzeiro do Sul, que as caravelas do descobrimento viram fulgir, sobre o Monte Pascoal, entre a multidão de estréllas do lindo céu de anil, que, então, embelezava, como embeleza hoje, as decantadas noites da nossa terra.

Suas cores principais vêm do tempo da Independência, da mesma flor amarela e do mesmo ramo verde, que enfeitam os campos do Brasil e que o nosso primeiro Imperador trazia à lapela, ao mandar arrancar da sua Guarda de Honra o laço português, no momento histórico do Grito do Ipiranga, bradado aos brasileiros de todos os quadrantes, daqui desta mesma legendária terra paulista, em que vivemos.

No seu sentido mais profundo, a Bandeira que hoje cultuamos é a imagem viva do Brasil de todos os tempos, na continuidade da sua história, na integração das suas conquistas e no sentido único dos seus destinos de Pátria livre e soberana.

O decreto republicano n. 4, de 19 de novembro de 89, declara textualmente:

“— que as cores da nossa antiga Bandeira recordam as lutas e as vitórias glorioas do nosso Exército e da Armada, na defesa da Pátria”;

"— que essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e a integração da Pátria entre as outras nações."

É que a Bandeira Nacional, com representação simbólica da Pátria, é a própria imagem do Brasil, pairando acima de todas as vissicitudes internas, desde o passado mais longínquo ao presente e ao futuro, na exaltação das tradições e na encarnação dos ideais que lhe dão a majestade de símbolo nacional.

A perpetuidade e a integração da Pátria, através da dinâmica do progresso, das transformações e dos aperfeiçoamentos que se vão processando, ao longo da história, no quadro da vida social e política dos povos, são objetivos mais amplios e duradouros, inalteráveis nas suas bases eternas, nos seus designios coletivos, a despeito das transições por que a Nação possa passar, como instituição humana, como organismo vivo, diante das mutações do tempo, no sentido do progresso, dentro da ordem.

O que é permanente, na vida das nacionalidades, são os seus traços eternos, são as suas raízes, que se aprofundam na história, que se revigoram no culto do passado e na formação cívica do cidadão, pela consciência do sentido imutável dos anseios e dos ideais da Pátria.

Cada geração é apenas um elo entre o passado e o futuro, nos compromissos morais, nas atitudes cívicas, no trabalho construtivo e na convergência de esforços, que compõem e tornam inquebrantável a cadeia histórica através da qual se assegura a continuidade da vida dos povos e das pátrias.

Daí, essa espécie de unção religiosa com que reverenciamos a Bandeira Nacional, com que a mística da Pátria nos eleva, envolve e inflama o espírito ao vê-la passar, ao som de dobrados marciais, nas paradas militares, como se fôsse a própria nação, na sua história, na sua juventude, na sua marcha gloriosa para o futuro, que desfilasse diante de nós, guardada pelos seus soldados, a receber os aplausos e a saudação do povo, nos grandes dias de festa nacional.

É porque a contemplamos com os olhos do espírito, que abrangem, na sua visão, muito mais do que os contornos e as cores com que a vemos, desfraldada aos ventos, a drapejar, em plano mais alto, por sobre os capacetes dos soldados. Esses olhos penetram, mais fundo, no sentido imaterial e subjetivo das coisas e dos tempos, na sua essência moral, no seu conteúdo efetivo, nos heróis e nos feitos que ela relembrá e sugere, na sua expressão mais sublime de símbolo sagrado da Pátria.

É que o espírito vê muito mais do que os olhos. Desperta a compreensão. Ilumina o pensamento. Estimula a imaginação. Atravessa o tempo. Reacende os sentimentos. Faz com que vibre, em nós mesmos, a alma de cidadãos.

Foi assim que eu mesmo a vi, numa bela manhã de março de 1943, nossa Bandeira subir, solene e lentamente, ao som do Hino Nacional, a um mastro improvisado, em plena campanha da África do Norte, numa pequena cidade do Marrocos, onde o V Exército norte-americano tinha o seu Q.G.

Era uma cerimônia de confraternização das nações aliadas ali representadas. O General Mark Clark dera ordem para que nela figurasse a Bandeira brasileira. O problema era, porém, como consegui-la, naquelas circunstâncias. A vista do modelo que fornecemos, julgou-se impossível improvisá-la, na exatidão do seu desenho e nas grandes dimensões adequadas, de uma tarde de sábado para a manhã do domingo imediato.

Mas, apesar de tudo, ela apareceu. Ela estava ali, marcando a presença do Brasil, solidário na luta pela liberdade do mundo, naquele remoto recanto da África, altaneira e sublime, como sempre estêve, através de tóda a história, na bravura dos nossos heróis do passado, nos lances épicos das lutas que já travamos, e continuamos a travar, em prol da liberdade.

Contaram-me, depois, a razão de ser daquele milagre de improvisação que nos proporcionara esse espetáculo inesquecível: um grupo de enfermeiras francesas, diante da insistência do Gen Clark, prontificara-se a trabalhar a noite tóda, para entregá-la pronta, de manhã.

Foi quando sentimos a Pátria mais presente ao nosso espírito, embora tão longe de nós, nesse misto de evocação, de entusiasmo e de orgulho cívico com que nós todos a sentimos, quando a contemplamos na Bandeira Nacional.

Sentimo-la, porque a compreendemos, porque a cultuamos, porque a olhamos com os olhos do espírito, porque conhecemos a sua história, porque reverenciamos os mártires e os heróis que se sacrificaram por ela, os estadistas e os sábios que souberam engrandecê-la, e todos os que a dignificaram e dignificam, pelo trabalho.

Sentimo-la porque nos orgulhamos das nossas riquezas, que a Bandeira representa, dos sentimentos de paz e de fraternidade, que ela inspira, da nobreza dos ideais, que ela encarna, da vocação de liberdade, do espírito de ordem e do ensejo de progresso, em que ela se confunde com a própria alma da nacionalidade.

É por tudo isso, que a Bandeira Nacional recorda e sugere, que ela abrange e sintetiza, que sentimos orgulho ao contemplá-la, nos quartéis, nas escolas, nas repartições, nas tropas em desfile, no mastro dos navios, no bôjo dos aviões, nos fortes das nossas fronteiras, e por tóda parte do Brasil, sempre que a nação está em festa e sempre que a nação está de luto.

Nela se encontram e se harmonizam tôdas as classes sociais e se apagam tôdas as divergências e os ressentimentos entre os cidadãos, porque a Pátria a todos envolve e paira acima de todos, como causa superior e como razão suprema, que determina e comanda o comportamento do povo, como coletividade nacional, sempre que estão em jôgo os seus destinos e os seus interesses.

Diante dêstes, e sobretudo quando se trata de defendê-los, não há divergências nem há vontades individuais ou de grupos que não se rendam e não se harmonizem, pois estão em causa os destinos ou a segurança da Pátria.

A história do Brasil constitui a mais expressiva afirmação do sentimento de patriotismo que o cidadão brasileiro demonstra, cultiva e dignifica, através dos rasgos de estoicismo, de abnegação, de renúncia e de bravura cívica com que ele tem glorificado a Bandeira Nacional.

Ela é a própria Pátria, que está presente. Nenhuma glória maior para o soldado que há de morrer por ela. Nenhuma honra maior para o cidadão do que a de servi-la e dignificá-la.

Eis aí porque esta reunião, que enaltece e exalta o vosso espírito cívico, já é, em sua própria significação, muito mais expressiva do que quaisquer palavras, pela comunhão e pela nobreza dos sentimentos com que a vossa iniciativa aqui nos congrega, nesta noite da mais pura bravura.

Por mais diversos que sejam os nossos credos, as nossas atividades, as nossas idéias e as nossas tendências, a Bandeira Nacional é a Bandeira de todos nós, é o símbolo que a todos nos fala, nos une, e nos guia e solidariza, nos mesmos sentimentos e no mesmo entusiasmo.

E que somos todos brasileiros, e ali está, diante de nós, para a nossa homenagem, a Bandeira do Brasil.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Discurso pronunciado pelo Ten-Cel Octávio Pereira da Costa, na Escola Superior de Guerra, a 26 de Dezembro de 1962, na solenidade de entrega da placa comemorativa da diplomação das turmas de estagiários de 1962.

Exmo. Sr. General Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

Exmo. Sr. Almirante Comandante da Escola Superior de Guerra.

Excelências e Senhores.

O espírito democrático e o anseio de integração — apanágios dos estagiários do Curso Superior de Guerra — tornaram norma atribuir a representante do CEMCFA o honroso encargo de orador desta cerimônia.

Por isso e pela generosidade de todos, vejo-me impelido na crista dessa vaga, em que palpitam a inteligência, a cultura, o caráter e o idealismo dos professores, juristas, diplomatas, engenheiros, médicos, agrônomo, economistas, bacharéis, industriais, homens de emprêsa, altos funcionários e eminentes chefes militares hoje diplomados.

Não me deixo, porém, enganar por essa energia que não me pertence e sinto-me, no desempenho da honrosa delegação, tão-sómente como o que serve à equipe, procurando, em meio às suas florações e cintilações, captar e traduzir aquela opinião média, que é a vitória da transigência, da disciplina intelectual, do bom-senso e, sobretudo, a afirmação da vontade coletiva.

Iniciado pelos primeiros diplomandos e repetido pelos seus sucessores, já se fêz tradição o costume de oferecer à Escola uma placa comemorativa da despedida.

Marco do agradecimento, da homenagem e reverência a esta casa; símbolo da esperança e confiança dos que partem nos que permanecem; elo entre o passado e o futuro, aqui fica o nosso bronze, identificando e integrando, na mesma corrente anímica, as turmas e as gerações que se sucedem.

Ele assinala, acima de tudo, o nosso agradecimento à Escola Superior de Guerra. Pelo inestimável acervo de ensinamentos que nos facultou, no trato da doutrina de segurança nacional e dos problemas da

conjuntura brasileira. Pela oportunidade de convivência, no estudo, no trabalho e no debate, de marinheiros, aviadores e soldados, bem como de militares e civis altamente qualificados e de variadas procedências. Pela visão objetiva que nos proporcionou de como pode uma democracia exemplar, afortunada, e profundamente responsável resgatar a sua segurança e contribuir para a de todo o mundo livre.

É reverência a este instituto pelo muito que já realizou em proveito da formação e fixação da consciência brasileira de segurança nacional. Homenagem ao extraordinário valor do patrimônio cultural já acumulado e à sua contribuição no sentido de que, combatendo o individualismo e o personalismo, a imprevisão e a improvisação, a fugacidade e a dispersão de esforços, se generalizasse por todo o país e por todas as atividades, o hábito do trabalho de equipe e a mentalidade do planejamento.

Symboliza a nossa esperança de que esta Escola possa alcançar, em breve, posição ainda mais influente e atuante na formulação e condução da estratégia nacional. Difundir sua doutrina, seus estudos e pesquisas a seguimentos cada vez maiores da inteligência brasileira. Interessar, ainda mais, em suas atividades, os homens que fazem as leis e os que as interpretam.

Lançar-se ao apostolado do advento de uma mentalidade tecnológica e científica, sem a qual, em nosso século, nenhum povo alcança a maioria e pode marchar para a consecução dos seus reais objetivos. Reativar o estudo da mobilização econômica, em bases novas, lançando os alicerces de um verdadeiro colégio industrial. Dar maior independência, intensidade e especialização aos trabalhos do CEMCFA, tendendo, irreversivelmente, para a criação de uma nova Escola, de forma a esclarecer o processo de formação e consolidação da mentalidade combinada entre as forças componentes do poder militar. E, como instrumento de ação, útil para o alcance de todas essas finalidades, pensamos que a Escola carece de uma publicação permanente e ostensiva, com que, tomadas as precauções que exigem os assuntos sigilosos, se alargaria o seu raio de ação, multiplicando-se a sua contribuição à cultura nacional.

O bronze simboliza também e afirma a nossa confiança nos que ficam e nos que virão depois, no sentido de que conservem esta casa sempre fiel ao espírito de seus fundadores e a façam cada vez mais aberta e arejada, simples e objetiva, progressista e dinâmica, atenta às evoluções da doutrina, dos métodos didáticos e das técnicas pedagógicas, permeável às idéias novas, sensível à alma da nacionalidade, tribuna livre que jamais permita sectarismos, intransigências, inúteis formalismos e preconceitos estagnantes.

A placa comemorativa que as turmas de estagiários de 1962 confiam ao Corpo Permanente, na pessoa de S. Excelência, o Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Luiz Teixeira Martini, Comandante da Escola Superior de Guerra, incorpora à galeria dos patronos a figura de Olavo Bilac.

Ela chega até nós na mesma fase da vida e com a mesma força significativa, com que a viu e evocou Melo Nóbrega, um de seus melhores biógrafos:

"Foi em São Paulo, na solenidade inicial da campanha nacionalista que o poeta acendeu, norte a sul, pelo país. Hora memorável, no velho casarão da Faculdade de Direito, cujas paredes de taipa eram, na intensidade nervosa do progresso paulista, o búzio encantado em que ressoavam os ecos longínquos de nosso romantismo político e literário. O ambiente e o momento eram propícios à emoção. Cenário, tema, orador — tudo colaborava nessa atmosfera de entusiasmo. Eu era, então, quase uma criança! Ao terminar a cerimônia, com o peito ainda opresso, lasso de intensa vibração, convencera-me de que se haviam passado os instantes mais fortes de minha vida. O tempo correu, envolveu-me, desfigurou-me. Gastei em outras campanhas e outros vultos a admiração fácil da juventude. Desiludiram-me oradores e corifeus. As jornadas cívicas perderam a força convincente para quem se habituou a beber na fonte calma das idéias, longe e acima do acachô das pregações. Mas, apesar de atravesse desse desencanto, guardei comigo, viva e fiel, a figura impressionante de Olavo Bilac."

Refere-se Melo Nóbrega aos dias de 1915, quando Bilac, profundamente impressionado com a decadência do sentimento patriótico, com o nosso despreparo militar, com a indiferença das autoridades, e angustiado pelo espectro da primeira grande guerra mundial, liderou a notável campanha em prol de nossa consciência cívica, fecundo apostolado que resultou na adoção do serviço militar obrigatório, no reaparelhamento da Marinha e do Exército, e gerou novas iniciativas patrióticas, como a campanha pró-saneamento e a intensificação da luta contra o analfabetismo.

Ouçamos o grande poeta, que pôs o conceito de pátria ao alcance da criança e escreveu as estrofes imortais do hino à bandeira, ouçamos o grande orador em sua pregação cívica e procuremos estabelecer o paralelo com os nossos dias e as nossas inquietudes, sentindo a sua presença e atualidade:

"O Brasil não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi dos nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de "humanidade". Temos vivido e gozado no litoral do país, uma estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica, e não nos dirigimos ao coração da terra, à alma da gente simples, aos milhões de homens que pelos sertões abandonamos à incúria, à pobreza, ao analfabetismo."

É a mesma nota realista e melancólica do General Professor Carlos Sudá de Andrade, 45 anos depois, ao despedir-se desta casa:

"Dois Brasis nos esperam: o nosso, quase rico, febril, industrializado, cheio de grandeza, que é preciso reeducar entretanto, para formar elites e líderes verdadeiros, capazes de ter olhos e de ter ouvidos para ver e ouvir o outro Brasil, deserto, abandonado, subnutrido, analfabeto, onde perece, tristemente, a metade de nós mesmos!"

Defendendo a tese do serviço militar obrigatório, dizia Bilac:

"Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. É a instrução primária obrigatória; é a educação cívica obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e psíquica obrigatória."

Que essas palavras e o conhecimento da conjuntura ensejam à meditação de Vossas Excelências e dos Senhores oportunidades para avaliar o quanto nos distanciamos do ideal patriótico de Bilac, que vislumbrou no serviço militar a forja do verdadeiro cidadão.

É que, neste quase meio século transcorrido, a nossa incrível explosão demográfica, em contraste com as limitadas possibilidades de enquadramento nas fileiras; a legislação complementar que dispensou parcelas ponderáveis de trabalhadores em atividades essenciais; a necessidade de incorporar homens alfabetizados e qualificados, como uma decorrência da complexidade crescente do equipamento militar; além da coexistência, em nossa opinião, quase impossível, numa mesma organização, das necessidades de instrução e de emprégo imediato; tiraram à caserna aquélle caráter generalizado de escola do civismo, deixando o serviço militar de ser o compromisso de honra de todos para se configurar, outra vez, como a quota de sacrifício de uma minoria desafortunada.

E, com isso, ano após ano, vamos deixando, no campo e na cidade, multidões de indivíduos sem "educação cívica obrigatória", sem "a escola da ordem, da disciplina e da coesão." E vamos abandonando também milhares de estudantes universitários de tôdas as regiões do país, pela inexistência de uma suficiente rede de centros de preparação de oficiais da reserva. E os muitos dispensados do serviço alimentam sentimentos de desconfiança ou hostilidade contra as forças armadas por não conhecerem a sua destinação. E os poucos que servem nem sempre conseguem superar o complexo da "injustiça" de servir. E deixamos o caminho livre e abandonamos a nossa mocidade à demagogia inconsequente dos explorados e beneficiários da desigualdade social e à pregação ao ativismo dos líderes comunistas.

Atentamos agora para o conceito bilaqueano de defesa nacional contido no programa da Liga e na definição por ele formulada.

“O programa da Liga é estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução primária, profissional, militar e cívica; e defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação do nosso porvir.”

“Desejo compendiar, numa linguagem singela, os intuitos da Liga de Defesa Nacional, que fundamos, e pretendo definir o que é “defesa nacional”. E não sei se conseguirei dar com bastante clareza esta definição. O problema é imenso e complexo. Já disse, na sessão de instalação da Liga, que a defesa nacional é tudo para a nação: É o lar e a pátria: a organização e a ordem da família e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrução; a escola, a oficina, o quartel; a paz e a guerra; a história e a política; a poesia e a filosofia; a ciência e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade.”

Meditando sobre a profundidade da definição e sobre as inúmeras idéias que encerra, concluiremos que ela é a própria antevisão do atual conceito de segurança nacional, como admite e comprehende esta Escola, quer na definição acadêmica, quer no distico feliz de que é o “sacrifício impôsto ao bem-estar presente, em resguardo do bem-estar futuro.”

Era precisamente essa, Excelências e Senhores, a preocupação fundamental do poeta do civismo: exigir de seus contemporâneos a quota de sacrifício em proveito do porvir. Junto à constante da pátria, está presente em suas crônicas, em seus discursos, nos seus versos.

Atentamos para a visão dos processos formadores da nacionalidade, para a inquieta constatação dos nossos problemas sociais, para os contrastes de nossa história e para a angustiada interrogação sobre o futuro do Brasil, contidos na extraordinária síntese dêstes tercetos:

*“Procissões e motins, glórias e luto,
chôro e hosana... Ferver de sangue novo,
fermentação de um mundo agreste e bruto...”*

*“E há na esperança, de que me comovo,
e na grita de dúvidas que escuto,
a incerteza e a alvorada de meu povo!”*

E, num quarteto, a sua confiança noutras gerações, a sua certeza sobre o admirável destino histórico de seu país:

*“Nem sempre durareis, eras sombrias,
de miséria moral! A aurora esperas,
Ó pátria! E ela virá, com outras eras,
outro sol, outra crença, em outros dias!”*

Eis porque, Excelências e Senhores, as turmas de estagiários de 1962 foram buscar para patrono aquél poeta que colocou o seu gênio, a sua melhor inspiração, e os últimos anos de sua vida ao apostolado do civismo e à causa da segurança nacional, que é a própria razão de ser da Escola Superior de Guerra.

Por essa constante preocupação e inabalável confiança no futuro, que é também a nossa inquietação e a nossa fé.

Pela proficia e exaustiva campanha patriótica, que lhe debilitou o organismo, encurtando-lhe as horas; pois nós estamos convencidos de que, nos dias atuais, a causa "mater" de tôdas as fraquezas é a decadência do civismo e que o revigoramento da consciência cívica de nossa mocidade é o passo inicial de qualquer movimento de dinamização nacional.

Pela sua pregação em proveito do serviço militar obrigatório, pois, na atualidade, urge a sua reformulação, em consonância com a reestruturação e o reaparelhamento das forças armadas, no sentido de maiores reservas e de organizações permanentes mais leves, mais flexíveis e mais eficientes.

E, finalmente, pelo amor dedicado por Bilac ao homem brasileiro, em especial à infância e à mocidade, que são os caminhos do futuro. Nós, que consideramos o homem, embora estiolado, inculto e empobrecido, a principal riqueza dêste país; que vemos no homem ao mesmo tempo o objetivo e o meio essencial à vitória na guerra revolucionária dos nossos dias; e que saímos desta casa ainda mais obstinados a lutar pela preservação do nosso inigualável patrimônio humano, nós, estagiários de 1962, fazemos de Olavo Bilac o nosso patrono.

E incorporando à galeria dos numes tutelares desta casa aquél poeta que só julgava nobre por ser de sua terra e só se considerava rico por pertencer à sua gente, nós nos identificamos, no bronze e no espírito, às brilhantes turmas que nos antecederam e às muitas outras que, por certo, hão de vir.

A elas, a nossa mensagem, o aceno de nossa esperança e o frêmito de nossa fé.

A mensagem no sentido de que se generalize e se consolide a consciência da segurança nacional. De tal forma e em tal medida que não corramos o risco de mal compreendê-la ou subestimá-la, comprometendo, pela incúria, o patrimônio das futuras gerações. E, por outro lado, atentos aos excessos no sobreexcitá-la, impedindo a psicose de segurança nacional, que levou tantas nações ao militarismo e à guerra. A justa medida da segurança nacional de uma verdadeira democracia, que no dizer do professor de Direito Nelson de Souza Sampaio, "opõe-se a tôda concepção que converta o homem em simples objeto de uma minoria, seja de qué espécie fôr, de teocratas, de aristocratas ou tecnocratas, que se arroguem o direito de ditar nossas ações e nossos pensamentos,

em nome da raça, da classe, da nação ou do Estado, concebidos como realidades que transcendam e absorvam todo o indivíduo."

Nossa mensagem e nosso compromisso de que saberemos manter intacto o espírito da integração entre civis e militares e entre as forças armadas entre si.

Nossa mensagem de que redobraremos o fervor de nossa dedicação à luta em prol da liberdade e da democracia, nessa luta empenhando nossa mente, nosso coração, nossa alma, nosso sangue, guiados por aquela concepção altíssima de democracia, formulada por Powell Davies:

"A democracia é uma fé, um sistema de vida e um objetivo universal. É preciso coragem para ser livre, para confiar em si mesmo, para crer na igualdade de direitos e oportunidades, para confiar na razão e na persuasão. São êsses os motivos que tornam difícil o caminho da democracia. Mas esse é também o único caminho possível para que a humanidade tenha um futuro diante de si."

A mensagem da nossa convicção de que a fórmula para deter e fazer regredir o processo de ameaça de guerra revolucionária e o caminho seguro da vitória nessa luta está na aplicação maciça dos recursos do poder nacional nas medidas de valorização do homem, pela saúde, pela educação, pelo trabalho e pela justiça social, quatro impulsos fundamentais, geradores do aumento da produção, do desenvolvimento econômico e do bem-estar nacional.

Nossa mensagem no sentido do aprimoramento de nossos costumes políticos e administrativos. Nosso voto de desambição, de combate aos interesses e privilégios pessoais, de grupo ou de classes, em proveito dos verdadeiros interesses nacionais. Nosso apelo à união e à concórdia, em torno do verdadeiro patriotismo, à "comunhão do amor e do trabalho" de que falava o nosso patrono, nestas palavras tão atuais:

"O verdadeiro patriotismo, o patriotismo que deveis compreender e cultivar, é, antes de tudo, a renúncia do egoísmo.

Nada valemos por nós, individualmente. Valemos muito, e tudo, pela nossa comunhão. Todos valemos pelo bem que damos à pátria. Os poetas que lavram as almas, e os políticos, que dirigem os povos não valem mais do que os agricultores, que aram a nossa terra, e os pastores, que guardam os nossos gados. Não vos orgulheis do fulgor da vossa inteligência; mas contentai-vos da satisfação inteira que vos der o cumprimento do dever. A virtude é mais natural e mais bela do que o talento. A bondade é mais espontânea e mais fecunda do que a sabedoria." "Valemos todos pela nossa crença na comunhão do amor e do trabalho."

Finalmente, a nossa profissão de esperança e de fé. A certeza de que um povo, que, através da história, tem sabido solucionar as grandes crises de sua evolução social numa constante de sabedoria e tolerância, e que oferece ao mundo o exemplo de sua modelar democracia racial, encontrará energias para superar os antagonismos e pressões que o deprimem, emergindo para a plena realização de seu destino histórico. Estamos certos de que bem cedo alcançaremos esse destino, sem complexos de origem, de raça, de religião, de determinismo geográfico; sem preconceitos, sem medo e sem ódio; com Deus e a liberdade; realizando aqui, nesta terra de Santa Cruz, uma democracia social cristã, autenticamente nossa — justa, próspera, forte, feliz e magnânima — e transmitindo à humanidade a nossa mensagem de compreensão e de paz.

Com êsses sentimentos, com êsses propósitos, com essa esperança e essa fé, pedimos vénia ao Exmo. Sr. Almirante Luiz Teixeira Martini, Comandante da Escola Superior de Guerra, para passar às mãos de S. Exa. o bronze do nosso agradecimento, o bronze dos estagiários de 1962, o bronze de Olavo Bilac.

EsSA — ENCERRAMENTO DE CURSOS EM 1962

ALOCUÇÃO DO COMANDANTE

Meus camaradas:

Mais uma vez, em cerimônia simples e singela, mas altamente significativa para esta Escola e para o Exército, realizamos o encerramento dos cursos da Es SA.

Desta feita, por coincidência feliz dos calendários do Ensino, podemos realizar a tradicional cerimônia não só com participação dos novos sargentos aqui formados como também, da turma de sargentos veteranos que aqui vieram realizar o aperfeiçoamento, indispensável ao prosseguimento de suas carreiras e às necessidades do Exército.

Após meses de trabalho intenso, diário, contínuo e, às vezes, estafante, cumprimos hoje a ultima etapa das nossas atividades escolares em 1962.

O dia é de júbilo! E o Comando da Escola tem imensa satisfação — orgulho mesmo — em realizar esta cerimônia, militar no aspecto, formal na execução, mas profundamente grata à alma do verdadeiro Soldado, cujo maior envaidecimento consiste na alegria do dever cumprido, não importando os sacrifícios que isso tenha custado. Também nós, Comando, Administração, Instrutores, Monitores, Funcionários Civis, simples soldados, enfim, todos os que servem nesta Escola, rejubilamo-nos convosco, pois que — sem falsa modéstia — temos a convicção de ter colaborado para vossa vitória. Rejubilamo-nos particularmente porque, como nós, todos vós porfiastes no cumprimento das tarefas que vos foram atribuídas!

Meus camaradas, novos Sargentos da Turma Marechal Rondon!

Feliz, muito feliz, foi a escolha do vosso Patrono, por vós mesmos eleito. Cândido Mariano Rondon foi um brasileiro que honraria qualquer nacionalidade, pelo seu saber, por sua cultura e pelo seu caráter. Mas foi sobretudo, um exemplo de Chefe e de soldado brasileiro, com todas as qualidades do nosso bom povo: paciente, perseverante, tranquilo, corajoso, leal, humano. Seus feitos, no desbravamento do Brasil, intercomunicando regiões índias e inóspitas, pacificando e congregando silvícolas, demarcando as lindes do nosso vasto território, o transformaram, em vida, numa legenda nacional. Além disso, como chefe militar, prò-

priamente, em operações de guerra, não desmentiu o conceito de soldado ímpar de que gozava. Rondon foi sobretudo um homem de ação e um homem de coração, como o comprova a ordem dada — em caráter permanente — à sua célebre Comissão desbravadora, com deferência aos contatos com os silvícolas — "Morrer, se fôr necessário, matar, nunca".

Conforta-nos, sobremodo, essa decisão vossa, porque revela, de um lado, discernimento na escolha do nome tutelar da vossa turma e, de outro lado, pela adequação das qualidades do Marechal Rondon àquilo que vos será exigido no desempenho das vossas funções.

De fato, o Sargento, por suas ligações sem intermediários com os soldados das frações que comanda ou chefia, tem que ser executante perfeito, homem de ação, cuja energia, desembaraço, desenvoltura diante do imprevisto e rapidez de reação o tornem realmente líder e exemplo para os seus homens. Para isso, não basta, sómente saber e poder, sómente preparo intelectual e físico.

Como todo Chefe, o Sargento tem que ser homem de caráter; que procura e assume todas as responsabilidades; que sabe, que quer e sabe que pode realizar; que expõe com franqueza e respeito suas opiniões, pois as julga razoáveis e ponderáveis; que não vacila em reconhecer seus erros e deficiências; que não procura sobressair-se, nem busca a popularidade fácil — biombo atrás do qual se escondem defeitos e omissões no cumprimento do dever; que afasta a ilusão cega e aceita as sinceras manifestações de camaradagem e aprêço de seus subordinados. É o homem honesto, o homem justo e equilibrado e, por isso mesmo, naturalmente respeitado.

A orientação que procuramos imprimir ao ensino e à instrução nesta Escola — baseada nas diretivas recebidas e nas prescrições regulamentares — visou a tornar-vos aptos, intelectual, moral e fisicamente para o desempenho das vossas funções, criando ou desenvolvendo aptidões, indicando rumos e esclarecendo idéias, impregnando todos os atos da vossa vida de alunos do mais elevado sentido de respeito mútuo, de obediência esclarecida, de camaradagem cordial e de ordem constante, para que pudéssemos transformar o grupo heterogêneo que recebemos, há 10 meses, na turma que agora se diploma, cujo valor profissional e moral não desmerece o das turmas anteriores.

Para atingirmos o nosso objetivo — formar bons executantes e homens de ação — aplicamos com o rigor que nos foi possível, o conselho do vate e soldado português ao Rei seu Senhor, de que "A DISCIPLINA MILITAR PRESTANTE, NÃO SE APRENDE, SENHOR, NA FANTASIA, SOÑHANDO, IMAGINANDO OU ESTUDANDO. SENÃO VENDO, TRATANDO, PELEJANDO . . ."

e demos aos trabalhos práticos e de execução, um desenvolvimento e uma aplicação sem precedentes. Das 4.500 horas reservadas à instru-

ção, os trabalhos práticos e os exercícios no campo absorveram 3.500 horas. E não descuramos da vossa instrução geral, nem da educação moral, por todos os meios, em particular pelos exemplos que aqui presenciastes, de amor ao trabalho, de dedicação ao serviço e de superior interesse pela dignidade da profissão militar e pelas atitudes dos que a ela pertencem.

Crêmos que haveis recebido, aqui, os alicerces e as bases necessárias para que possais iniciar vossas tarefas na tropa; não temos, porém, a pretensão de ter esgotado assuntos, nem tampouco vos proporcionado todos os meios de solucionar os problemas que se apresentarão de agora em diante. Não vos julgueis realizados na preparação militar; o vosso esforço, dedicação, estudo e aplicação farão com que progressivamente, seja completada e ampliada a estrutura básica aqui construída. A evolução continua, permanente e acelerada da arte militar, seus métodos e processos, exige de nós, que a ela nos dedicamos, ver, tratar e pelejar árdreamente, conforme a lição Camoneana.

Meus camaradas, Sargentos da turma que conclui o Curso de Aperfeiçoamento:

Coube a esta Escola a tarefa de, — realizando vosso aperfeiçoamento — tornar homogêneos os vossos conhecimentos gerais e os específicos de cada Arma, levando em conta a vossa variada formação, no tempo e nas origens para, após ministrar-vos os conhecimentos, processos e práticas que vos permitirão o exercício das funções dos postos iréis galgando ao longo de vossa carreira ou, eventualmente, em substituição a outros companheiros mais graduados. Da mesma forma que para o Curso de Formação, procuramos emprestar um sentido eminentemente prático ao vosso aperfeiçoamento, que foi realizado com trabalhos árduos e exigentes, nos quais foram apreciáveis vosso esforço e vontade de aprender.

De muito serviram a vossa experiência adquirida no exercício de funções na Tropa e vosso empenho em renovar conhecimentos. Com isso, ao lado da exemplar conduta aqui mantida, prestastes colaboração inestimável à formação dos vossos novos colegas da Turma Mar Rondon.

O curso de aperfeiçoamento vos dá responsabilidades muito maiores do que aquelas concretizadas no seu objetivo. De posse dêle, estareis aptos a galgar, no devido tempo, o oficialato no Quadro Auxiliar. Necessário é que permaneçais aptos e dignos de alcançar esse prêmio e, sobretudo, essa honra ao vosso mérito em bem servir ao Exército, que saberá recompensar vossa solicitude, interesse e dedicação ao seu permanente progresso e eficiência.

Meus camaradas:

Em complemento à instrução de Formação e de Aperfeiçoamento que vos foi ministrada, tendo em conta as inquietações naturais da hora presente, perturbada pelo choque de ideologias e pela agressividade da propaganda doutrinária — ostensiva ou sub-reptícia — voltada quase para modificação de um sistema de vida que muito nos honra como indivíduos e como Nação, em que pêse as suas dificuldades e eventuais defeitos — por determinação e com apoio dos órgãos superiores do Exército, procuramos esclarecer-vos, sem facciosismos acerca dos sistemas político-ideológicos que se digladiam ásperamente no mundo, suas bases filosóficas e estruturais e sua adequação, ou inadequação ao caso brasileiro.

Uma organização política não deve responder sómente às questões estruturais, e materiais, de um sistema qualquer: ela deve traduzir, também o estilo de vida, o conceito de comunhão, as relações individuais ou coletivas dos agrupamentos que congrega, enfim, o conjunto de tradições e aspirações comuns do povo que a adota.

O nosso povo é forte e valoroso: mesmo na paz, alegre no trabalho, agradável no trato, amante da família, perseverante nas dificuldades, honestos nas ações, convicto nos direitos e intrépido na guerra. A liberdade e a justiça lhe vêm servindo de marcos destacados, através da estrada limpa e reta do seu progressivo desenvolvimento. O admirável vigor do seu caráter, a firmeza dos seus princípios, a persistência da sua vontade e a certeza do seu destino, permitiu-lhe manter, como padrão de suas glórias, a integridade do imenso patrimônio territorial que a fortuna lhe legou.

O nosso povo segue a mais amável das crenças, a mais consoladora, a mais piedosa e intemerata, que procede da pureza dos seus princípios morais, da candura e da fé das nossas mulheres e do senso do dever e da disciplina dos nossos homens. Guiado e protegido por ela, procura a estrada reta da perfeição moral, busca consolo para as suas dores e move a alma feliz, sossegada ou fremente, às alturas de Deus.

O homem brasileiro fôrjou a sua cultura na base cristã da vida; aceita, como condição de existência, o direito de opinar, de analisar, de ir e vir e não comprehende o Estado senão como órgão do bem público, como defensor dos princípios eternos da dignidade humana.

E é esse sentido afirmativo do homem brasileiro que torna, entre nós, exóticas e espúrias as ideologias que erigem em sistema, o ódio, a má fé, a luta das classes, a técnica da mentira, a opressão dos governos, a transformação do homem em simples peça da máquina Estatal.

Sabeis que me refiro ao comunismo e suas variações, cuja doutrina e prática são o avesso daquilo que por tradição e formação, constituem as nossas crenças, anseios e aspirações.

Meus camaradas:

O postulado constitucional destina o Exército, — como instituição militar permanente, com base na hierarquia e na disciplina — à defesa da soberania brasileira, a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

O exame dêsse postulado permite recolher as características próprias do militar: não nos destinamos à paz ou à guerra; existimos para todas as horas, ainda que a Pátria não necessite de nós imediatamente. Daí dizer-se que "morrer pela Pátria é o dever das horas excepcionais; viver para ela é o de todas as horas."

Nossa finalidade sendo a garantia da ordem, dita a razão da nossa profissão e o nosso modo de proceder.

Fomos criados para o combate: não apenas, para os da guerra; existimos, também, para a luta entre a Ordem e a Subversão, pela garantia da presença da força na defesa das Instituições e do Direito.

O Soldado é, em si, um instrumento dêste Direito; ele não se pertence, porque deu-se voluntariamente à Pátria. Sua presença há de ser a garantia da defesa da Ordem e suas armas, a representação da força coercitiva do Estado.

Mercê de Deus, através da História, o Exército tem se mantido fiel à sua vocação patriótica, aos anseios da Democracia Brasileira — ímpar, pela sua concepção de liberdade, igualdade e dignidade humana — à permanência do Brasil nos rumos de sua cultura cristã.

Sabereis manter êsse galardão de dignidade, de firmeza de convicções e amor à nossa Pátria!

Que Deus vos oriente nas horas de dúvida e vos aponte a senda do Dever!

Sêde felizes.

SISTEMA INTERAMERICANO DE TELECOMUNICAÇÕES

(COLABORAÇÃO DA ENTEL S. A.)

(Continuação do número anterior)

PROJETO DE ESTATUTOS PARA A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA COMISSÃO INTERAMERICANA DE TELECOMUNICAÇÕES (CITEL)

CAPÍTULO I

Criação e Finalidade

Art. 1º :

1 — A Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) é uma entidade autônoma de caráter especializado, que funcionará dentro da Organização dos Estados Americanos, especialmente dentro da esfera de atividades do Conselho Interamericano Econômico e Social, e que servirá de centro de consulta e de cooperação dos Estados membros, com o objetivo de promover e facilitar o desenvolvimento organizado das telecomunicações no Continente americano.

2 — Os presentes estatutos foram elaborados com o disposto no Art. 44 do Convênio Internacional de Telecomunicações, Genebra 1959, no que diz respeito às conferências, acôrdos e organizações regionais.

CAPÍTULO II

Composição da Comissão

Art. 2º :

A Comissão se comporá de um representante de cada governo dos Estados membros da Organização, com conhecimento dos problemas gerais de telecomunicações dentro de seu próprio país e os de telecomunicações internacionais interamericanos existentes. Os governos poderão também designar os representantes e os assessores que achem convenientes.

Art. 3º :

1 — A Comissão quando o julgue conveniente, poderá convidar os territórios americanos dependentes e aquêles em processo de independência, a participarem de suas reuniões por meio de observadores.

2 — A Comissão também, quando julgue conveniente para o melhor desempenho de suas funções, poderá estender o mesmo convite a organizações internacionais.

Art. 4º :

A Comissão elegerá, em cada reunião ordinária, seu Presidente e seu Vice-Presidente, os quais não poderão ser eleitos para os mesmos cargos no período seguinte.

CAPÍTULO III**Funções e Atribuições****Art. 5º :**

Para a realização de seus propósitos a Comissão desempenhará as seguintes funções :

a) Promover o desenvolvimento das telecomunicações através da realização de conferências e outras reuniões que tenham por objetivo fomentar a coordenação dos esforços na matéria, especialmente no âmbito interamericano.

b) Trocar informações com os organismos internacionais de telecomunicações e tratar de procurar a coordenação, de acordo com os Estados membros, dos estudos, projetos e atividades, por qualquer Estado membro ou organismo internacional em matéria de telecomunicações na área das Américas.

c) Solicitar, quando ache conveniente e de acordo com os governos correspondentes, a cooperação das instituições públicas e privadas interessadas em contribuir no desenvolvimento da instrução técnica e especializada e dos sistemas de telecomunicações nos Estados membros ou na área internacional americana.

d) Assessorar a qualquer Estado membro, que assim o solicite, na preparação de disposições administrativas e outras medidas que facilitem a cooperação interamericana no desenvolvimento de modernos sistemas de telecomunicações, e assistir aos Estados membros nas negociações relativas à obtenção de créditos de financiamento internacional.

e) Estabelecer por si e em representação da Organização dos Estados Americanos, as vinculações que julgue pertinentes com as organizações, instituições, bancos e organizações em geral, que atuem direta ou indiretamente no campo das telecomunicações internacionais, especialmente com a União Internacional de Telecomunicações.

f) Preparar os estudos técnicos necessários para que, através da Organização dos Estados Americanos, os membros cheguem aos acôrdos multilaterais que julguem convenientes.

g) Formular anualmente o projeto de programa e pressupostos da Comissão Interamericana de Telecomunicações e submetê-lo à Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos para sua inclusão no programa e pressuposto de atividades da União Pan-americana nos campos econômico e social.

Art. 6º :

A Comissão Interamericana de Telecomunicações poderá manter relações diretas, dentro dos limites de sua competência, com os órgãos das Administrações e os Comitês nacionais que se criem para a coordenação das questões de telecomunicações.

Art. 7º :

1 — A Comissão poderá estabelecer os Comitês ou Grupos de Trabalho que ache necessários de assuntos específicos no campo das telecomunicações. Estes poderão trabalhar permanentemente. Em princípio, os assuntos serão tratados por correspondência. Sem dúvida os Comitês ou Grupos poderão reunir-se em casos necessários para chegarem a conclusões e tomar as resoluções precedentes.

2 — As despesas das reuniões previstas neste Artigo deverão ser mínimas. Seria conveniente que tais reuniões se realizassem sucessivamente nos vários países da região, a fim de que os técnicos participantes tenham oportunidade de tomar conhecimento com o progresso das telecomunicações nesses países.

Art. 8º :

1 — A Comissão pode formular recomendações de caráter técnico dirigidas aos governos por meios de seus respectivos representantes nela e, quando o julguem conveniente, aos diferentes órgãos e organismos do sistema interamericano.

2 — Os Comitês e Grupos de Trabalho submeterão seus relatórios e sugestões à Comissão ou às Administrações nacionais de telecomunicações por meio da Secretaria.

Art. 9º :

Dentro dos limites de sua competência, a Comissão realizará também as atividades recomendadas à Conferência Interamericana, relativas à cooperação interamericana no campo das telecomunicações e considerará as recomendações da mesma maneira que o faça o Conselho da Organização e o Conselho Interamericano Econômico e Social e dará informações.

Art. 10 :

A Comissão enviará ao Conselho da Organização e ao Conselho Interamericano Econômico e Social, para seu conhecimento, um relatório anual sobre suas atividades, assim como quando o considere conveniente, informações especiais a ditos conselhos, à Junta Interamericana de Defesa ou a outros organismos de Sistema Interamericano.

CAPÍTULO IV**Reuniões****Art. 11 :**

1 — A Comissão celebrará uma reunião anual ordinária, que deverá preceder a reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social. Poderá realizar também reuniões extraordinárias por sua própria iniciativa ou quando os governos dos Estados membros assim o decidam através do Conselho da Organização.

2 — Sem prejuízo de suas outras funções e atribuições, nas reuniões ordinárias da Comissão, examinará seu programa e pressuposto, assim como qualquer outro assunto que deva ser submetido à consideração do Conselho Interamericano Econômico e Social em sua reunião anual.

3 — A Comissão realizará suas reuniões na sede da União Pan-americana mas poderá reunir-se também em qualquer cidade dos países americanos quando o achem conveniente e de acordo com uma prévia consulta à Secretaria-Geral, no que diz respeito aos gastos extraordinários que se originariam de tal reunião.

Art. 12 :

No caso de que a reunião se realize fora da sede da União Pan-americana e sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o governo do país em que se realiza, com sua concordância prévia, proporcionará, de acordo com a União Pan-americana, os serviços e facilidades que são patrocinados habitualmente pelo governo anfitrião.

Art. 13 :

No caso de que uma reunião da Comissão não possa realizar-se na data e lugar fixados, o Conselho da Organização dos Estados Americanos ou a própria Comissão, conforme seja o caso, determinará novamente a data e sede da mesma.

Art. 14 :

Sob os auspícios da Comissão poderão reunir-se Comitês para estudo de assuntos que sejam do interesse sómente de determinados países.

Art. 15 :

A Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos participará, com direito a debates, mas sem direito a voto, das reuniões da Comissão.

Art. 16 :

A Secretaria da Comissão preparará a exposição de motivos e de antecedentes que justifiquem a agenda provisória que será submetida à consideração dos Estados membros, pelo menos 45 dias de antecedência às reuniões. A Comissão adotará a agenda definitiva no começo de cada reunião.

Art. 17 :

A maioria absoluta dos Representantes dos Estados membros constituem "quorum". À falta de "quorum", a Comissão no nível de Comitê poderá estudar os assuntos contidos na agenda prevista para a Reunião.

Art. 18 :

Cada Representação terá direito a um voto. As decisões da Comissão se tomarão por voto da maioria absoluta dos Representantes dos Estados membros.

CAPÍTULO V**Secretaria****Art. 19 :**

1 — O Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos designará como Secretário da Comissão Interamericana de Telecomunicações a uma pessoa de reconhecida competência na matéria de telecomunicações no âmbito interamericano.

2 — O Secretário da Comissão será responsável perante ela pelo cumprimento do plano anual de trabalho: representará a Comissão, firmará as comunicações da mesma e receberá para seu estudo e custódia as comunicações dos governos, organismos internacionais e demais participantes da Comissão. Deverá formular mensalmente um relatório ao Presidente da Comissão sobre o cumprimento do plano de trabalho e demais atividades da Comissão e sua Secretaria com cópia ao Secretário Geral da Organização.

Art. 20 :

O Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos designará o pessoal administrativo e técnico que se necessite para prestar serviços de secretaria na Comissão. A Secretaria formará parte do pessoal da União Pan-americana.

CAPÍTULO VI**Assuntos Diversos****Art. 21 :**

A Comissão estudará e adotará seu próprio Regulamento, de acordo com as disposições destes Estatutos.

Art. 22 :

Os presentes Estatutos entrarão em vigor quando forem aprovados pelo Conselho da Organização dos Estados Americanos.

Art. 23 :

Os presentes Estatutos poderão ser modificados pelo Conselho Interamericano Econômico e Social, com a aprovação do Conselho da Organização dos Estados Americanos, em consulta com a Comissão ou por iniciativa desta.

CAPÍTULO VII**Artigos Transitórios****Art. I :**

A primeira reunião da Comissão realizar-se-á por convocação do Conselho da Organização dos Estados Americanos.

Art. II :

Oportunamente a Comissão poderá estudar a conveniência de que os governos americanos constituam um organismo especializado de acordo com o parágrafo a) do art. 53 da Carta da Organização. Neste caso, o dito organismo especializado viria a substituir a Comissão e estabeleceria sua própria secretaria dentro da mais ampla autonomia que lhe concede o art. 97 da Carta da Organização dos Estados Americanos.

Art. III :

Os objetivos e atividades da Comissão Preparatória da Organização da Rêde Interamericana de Telecomunicações, resultante da Reunião de Técnicos celebrada no México, em 1960, cuja criação se submeteu à consideração dos governos dos Estados membros em virtude da resolução 24/60 aprovada pelo Conselho Interamericano Econômico e Social em sua sessão de 17 de novembro de 1960, ficam compreendidos dentro dos propósitos e funções da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL).

CONCLUSÕES**ANEXO "B"****"A"****PADRÓES — EQUIPAMENTOS**

Considerando a necessidade de fixar padrões que permitam a interligação das rês nacionais dentro de características homogêneas de alta

qualidade e eficiência, o Grupo de Trabalho "A" chegou às seguintes conclusões:

I — Características de transmissão de circuitos e sistema de onda portadora

1. Objetivos de transmissão para os circuitos.
2. Sistemas de transmissão com correntes portadoras.
 - Sugere-se serem adotados como limites mínimos os padrões de CCITT, Livro Vermelho, Tomo III, Nova Delhi, 1960 (Recomendações da série G).
3. Unidades e referências, nomenclatura e simbologia.
 - Sugere-se ser adotada exclusivamente a unidade db e a referência a 1.000 c/s.
4. Práticas de manutenção.
 - Sugere-se adotar as Práticas de Manutenção do CCITT para os sistemas internacionais.

II — Características dos cabos hertzianos

1. Sistemas de transmissão aplicados aos feixes hertzianos.
2. Equipamento de exame integrado e não integrado.
 - Sugere-se, nestes itens, adotar os padrões do CCIR, Tomo I, Seção F, Los Angeles, 1959.
3. Equipamento de alimentação permanente de força.
 - Sugere-se aceitar a interrupção máxima de 150 milisegundos, recomendação do CCITT, ref. G-335, Livro Vermelho, Tomo III, Nova Delhi, 1960.
4. Canais de Serviço.
 - Sugere-se a existência de canais de serviço, de preferência separados do sistema principal, de acordo com a Recomendação 295, CCIR, Tomo I, Livro Verde, Los Angeles, 1959.

III — Sinalização e Comutação

1. Sistemas de sinalização.
 - Sugere-se que se adote a sinalização de 2F.V., segundo o Tomo VI do Livro Vermelho do CCITT, Nova Delhi, 1960, aconselhando-se o estudo do sistema de sinalização em multi-

freqüências de voz para a transmissão dos algarismos e de alguns sinais, reservando-se no entanto os representantes a efetuar um estudo detalhado para apresentação à Reunião de Bogotá.

2. Sistema de comutação.

— Sugere-se adotar as recomendações do Tomo VI, Livro Vermelho, do CCITT, Nova Delhi, 1960, recomendando-se que a operação dos circuitos de discagem seja unidirecional, quando o serviço fôr automatizado pela operadora ou pelo assinante.

3. Interconexão automática interamericana de rôdes telefônicas.

— Sugere-se que as demodulações obedeçam às recomendações do CCITT, de acordo com o comprimento da rota, levando-se em conta a comunidade de interesses das regiões e assegurando-se ao menos uma demodulação por país.

IV — Sistema de Telex

— Sugere-se padronizar os sistemas de comutação automática e sinalização a fim de padronizar uma interligação no plano interamericano e adotar um sistema de numeração semelhante ao telefônico com menor número de algarismos, porém grupados do mesmo modo que no sistema telefônico, considerando-se um índice de um teleimpressor para 200 telefones. Quanto aos demais neste item, sugere-se obedecer às Recomendações da CCITT, Tomo VII, Livro Vermelho.

V — Plano de Numeração

Tendo em vista a padronização necessária à futura ligação internacional, sugere-se que a numeração automática se faça da seguinte maneira :

- a) usando dois dígitos — "00" — para indicar discagem internacional;
- b) dois dígitos (de 90 a 99), no caso de discagem intercontinental;
- c) dois dígitos — de "20" a "89" — para designar o país;
- d) três dígitos, no máximo, para designar a região e as áreas seccionais;
- e) três dígitos, no máximo, para designar a estação dentro da área seccional;
- f) quatro dígitos para designar o assinante;

Exemplo :

00	90	21	314	527	9031
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)

— Sugere-se a adoção de bilhetador automático, reservando-se cada país para debater o assunto na Reunião de Bogotá de acordo com seus problemas específicos.

— Sugere-se que se examine na Reunião de Bogotá a preferência por um dos dois sistemas conhecidos como SPERT ou NOSFER, referidos no Livro Vermelho, CCITT, volume II, Nova Delhi, 1960.

“B”

ROTAS — TRÁFEGO — TARIFAS

Considerando o movimento de tráfego atual e o esperado para um futuro imediato, a situação geográfica e as relações econômicas e sociais dos nossos povos, chegou-se às seguintes conclusões :

1. *Rotas e Tráfegos :*

As rotas da parte meridional do sistema interamericano de telecomunicações seriam, em princípio, as constantes do anexo I. Subentende-se, entretanto, que os sistemas nacionais interessados poderiam prover as facilidades dentro do sistema esboçado no anexo I, e atenderiam às condições técnico-econômicas mais convenientes, em cada caso. Cada país, entretanto, deveria tomar providências para que, em seus respectivos planejamentos, os sistemas nacionais, pelo menos em parte, possam desde o início, ser compatíveis com o tráfego terminal da ordem do apresentado no anexo II. Depois de um exame complementar mais profundo poder-se-ia considerar a inclusão de outros centros nas rotas principais da rede americana, bem como considerar um estudo sobre tarifas em geral. O Diagrama constante do Anexo III — Estimativa de Canalização — dá a idéia geral da comutação e da canalização de um circuito de banda larga.

2. *Tarifas :*

Aceito, em princípio, o sistema de tarifas previsto na Reunião do México, de 1960, seria recomendável, todavia, que a fixação do critério tarifário se faça “a posteriori”, tendo-se em conta a conveniência do arrendamento dos canais de trânsito pelas partes interessadas ao país ou países intermediários.

“C”

Dentro do espírito de geral colaboração, foi considerado que é conveniente que as Administrações forneçam facilidades de intercâmbio cultural e técnico, através de bolsas de estudo e aperfeiçoamento, estágios e troca de informações, assim como participem em projetos comuns de pesquisa e desenvolvimento no setor das telecomunicações.

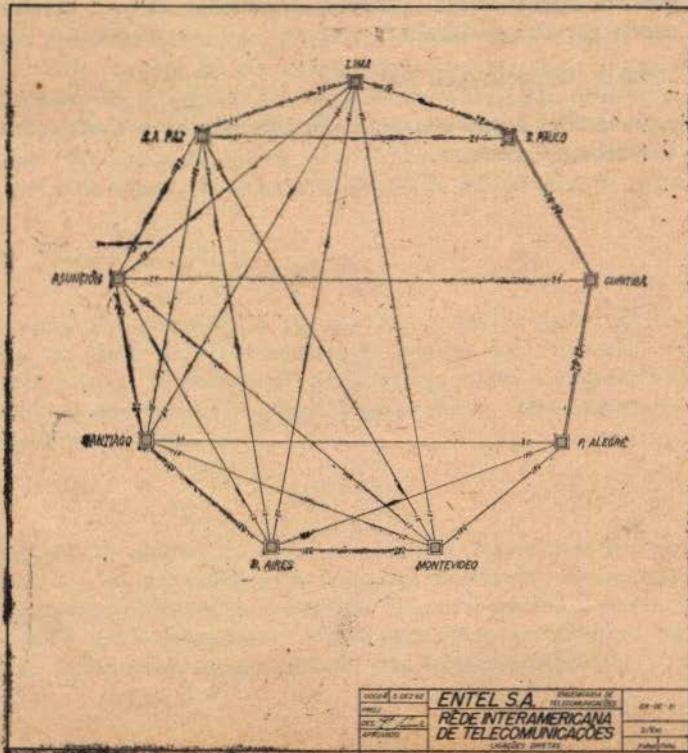
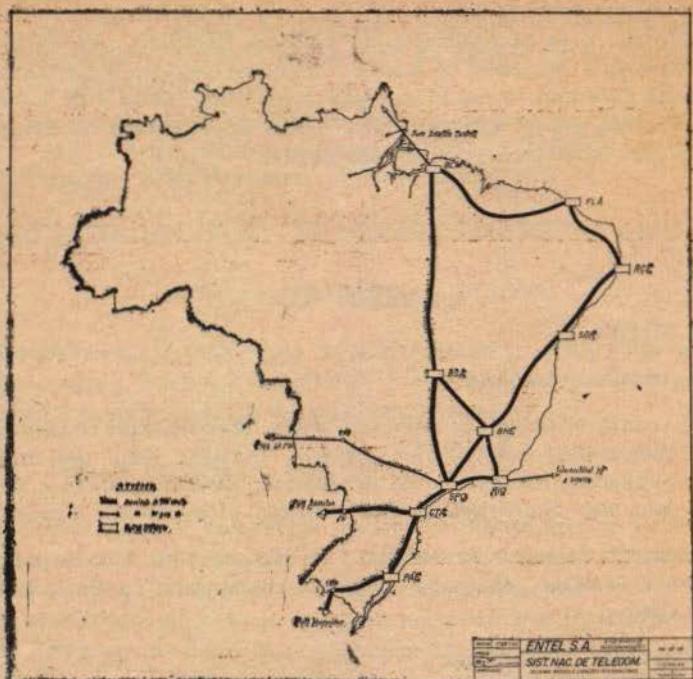
Tendo em vista os resultados da presente Reunião, seria de toda a conveniência que os países do sul do Continente venham a participar da Reunião da Subcomissão do Plano para a América Latina e da Comissão da R.I.T., que está programada, pela União Internacional de Telecomunicações, para novembro próximo, em Bogotá.

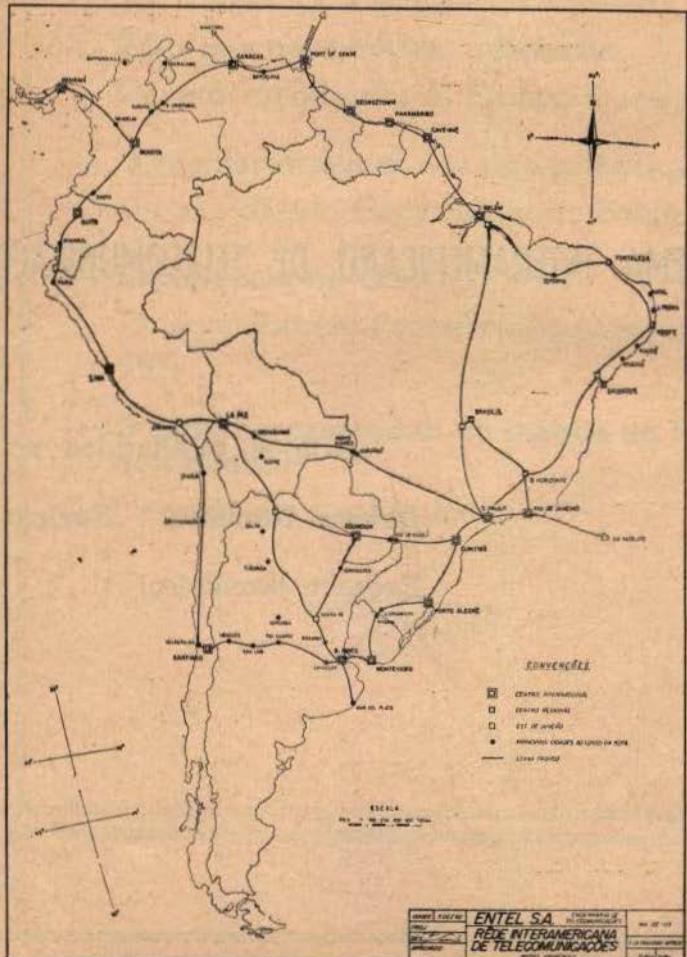
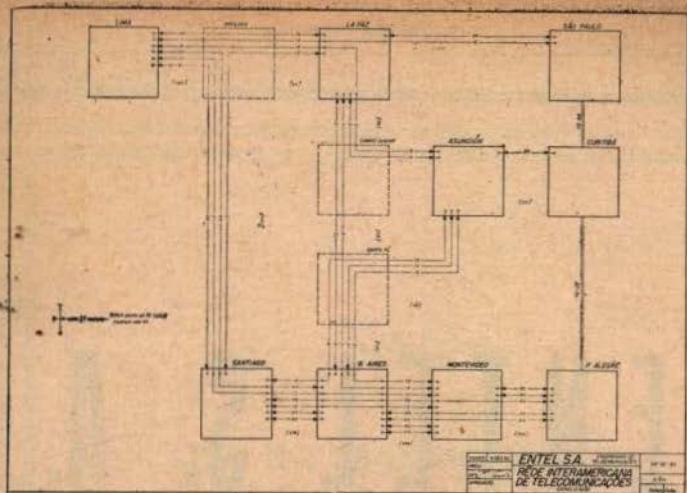
SISTEMA INTERAMERICANO DE TELECOMUNICAÇÕES

ANEXO "C"

1. NOTAS

- 1.1 Artérias principais.
 - 1.1.2 Artéria principal do Atlântico desde Buenos Aires a Belém por Montevidéu, Rivera, Pôrto Alegre, Curitiba (com um ramal a Assunção), São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém; com uma alternativa do Rio a Belém passando por Brasília.
 - 1.1.3. Artéria principal do Pacífico. De Buenos Aires a Lima passando per Santiago, Arequipa (com um ramal para La Paz), Lima e Quito.
- 1.2. Artérias Secundárias.
 - 1.2.1. Artéria Buenos Aires—La Paz. De Buenos Aires a La Paz passando por Campo Durán.
 - 1.2.2. Artéria Assunção—La Paz.
 - 1.2.3. Artéria São Paulo—La Paz. De São Paulo a Campo Grande, Corumbá e La Paz.





ENTEL S. A.

SISTEMA INTERAMERICANO DE TELECOMUNICAÇÕES

Artigos publicados na "A
Defesa Nacional", Revista do
Exército Brasileiro.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

— **Para que quer aviões, o Exército...**

General-de-Brigada A. Franco Ferreira

— **O problema militar das não-potências**

Major Gilberto Oscar Miranda Schitt

— **Experiência na ONU**

Tenente-Coronel Francisco Boaventura Júnior

— **O próximo centenário do ataque ao Forte de Coimbra**

General Silveira de Mello





Preço do exemplar
Cr\$ 80,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1963

A Defesa Nacional



Neste número :

— Para que quer aviões o Exército

Gen-Bda A. Franco Ferreira

— O problema militar das não-potências

Maj Gilberto Oscar Miranda Schmitt

— Experiência na ONU

Ten-Cel Francisco Boaventura Cavalcanti Junior

— Rommel na conferência de Margival

Maj Alvaro Galvão Pereira

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Altair Franco Ferreira

Diretor-Secretário — Tenente-Coronel José de Sá Martins

Diretor-Gerente — Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1963)

MEMBROS EFETIVOS

Tenente-Coronel Carlos de Meira Mattos

Major Aluízio de Uzeda

Major Sady de Almeida Vale

SUPLENTES

Tenente-Coronel Flávio Martins Meirelles

Tenente-Coronel Alberto Bandeira Queiroz

Tenente-Coronel Helio da Cunha Telles de Mendonça

Publicidade — Gen R/1 AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

A DEFESA NACIONAL, por força da alta do custo do papel e dos serviços de que necessita, foi obrigada a AUMENTAR O PREÇO DA ASSINATURA.

Veja o novo preço na página ao lado, e regularize o seu pagamento.